

Folha Socialista

Diretores responsáveis:

Antonio Candido e
Arnaldo Pedrosa D'Horta

Gerente:

Febus Gilkovate

ANO I

10 de Abril de 1948

N.º 6

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

REDAÇÃO:

Praça da Sé, 237 - 2.º and.

Telefone 3-2520

SÃO PAULO — BRASIL

A Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro, reunida a fim de discutir a atual situação política em S. Paulo, aprovou a seguinte resolução:

"A luta política entre os governos federal e estadual, alimentada por antagonismos econômicos e sociais, agravou-se sobremodo nos últimos dias. Para boa compreensão da mesma, é necessário que se diga, claramente, que os motivos que a determinam não são aqueles que aparecem publicamente alegados, de um lado e de outro. Nem na parte do governo fe-

A luta entre os governos estadual e federal

deral, o interesse especial e súbito pela boa aplicação das leis neste Estado, pela moralidade administrativa considerada regionalmente e pela efetividade das garantias constitucionais, nem existe, da parte do governo estadual, a disposição de apenas defender a autonomia paulista ou propugnar pelo interesse das camadas populares. O que há, efetivamente, por detrás dos episódios mais recentes dessa

sucessão presidencial, que preocupa, de maneira obscedante, ambos os grupos — por mais que eles o neguem. É necessário denunciar esse fato, pois ele caracteriza os processos indecorosos de que se socorrem os partidos burgueses em sua competição pela conquista dos postos dirigentes. Isso é exato a respeito do governo estadual que só vê o povo como mas-

competição, é o problema da como conjunto a ser explorado, e é exato também a respeito das autoridades federais que não têm demonstrado, em escala nacional, o menor amor pelas instituições democráticas, nem vacilado em golpear vezes seguidas a Constituição. É preciso que o povo aprenda, graças a esses fatos, a conhecer os métodos de que se utilizam os partidos da burgue-

zia, e é necessário principalmente que esteja alerta, de modo a evitar que os mesquinhos interesses em jogo venham a repercutir fundamentalmente na estrutura legal. A posição dos socialistas e do povo é de absoluta independência em face dessa luta. A vida do homem do povo, a situação do operário, as garantias do cidadão não podem ficar à mercê dessas competições, e é preciso que toda a população trabalhadora fique vigilante para defender a legalidade democrática em luta".

Assistência médica aos membros do Partido

Conforme já foi noticiado, a Comissão Municipal do Partido, em S. Paulo, está aparelhada a fornecer assistência médica e gratuita a todos os membros do Partido que se encontrem no gozo de seus direitos partidários. Essa assistência consistirá em: consultas gratuitas; facilidade na obtenção de medicamentos; intervenções cirúrgicas e internações hospitalares gratuitas ou com reduções de preço, conforme o caso; facilidades nos exames de laboratório e radiográficos: Para ter direito à assistência, o membro do Partido deverá procurar o presidente do seu grupo de base ou o secretário, a fim de obter um cartão declarando achar-se no gozo dos direitos partidários e a indicação do médico que deverá procurar, conforme a especialidade necessária para o caso. Na falta do presidente ou secretário do grupo de base, poderão ser procurados o secretário ou presidente da Comissão Municipal, companheiros Fúlvio Abramo e Antônio Costa Corrêa ou o secretário de assistência e educação da C.M., companheiro Antônio de Cilo Neto, na sede do Partido ou pelas telefones 3-2729, 7-2520 e 7-0202.

Damos abaixo, a relação dos médicos inscritos no Partido, que poderão prestar a assistência referida, conforme as indicações que lhes foram feitas:

Dr. Alípio Corrêa Neto
Dr. Aniz Simão
Dr. Antônio de Cilo Neto
Dr. Arnaldo Rogano
Dr. Braz Belmonte
Dr. Cesário Mattos
Dr. Chafic Farah
Dr. Emiliano Nóbrega
Dr. Eugênio Bocchini
Dr. Febus Gilkovate
Dr. Horácio Di Lallo
Dr. Jairo de Almeida Ramos
Dr. João Ferreira de Castilho Neto
Dr. João Pedro Matta
Dr. Joaquim Vieira Filho
Dr. José Monteiro
Dr. Raul Aidaun
Dr. Luiz Rodrigues Caldas
Dr. Marcos Lindenberg
Dr. Marcotti Laudísio
Dr. Paulo de Almeida Toledo
Dr. Paulo de Carvalho Júnior
Dr. Rubens Monteiro da Arruda
Dr. Walter Eleutério Rodrigues

REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL, EM BAURÚ

Dando cumprimento à resolução anteriormente tomada, segunda a qual as suas reuniões plenárias deveriam ter lugar em cidades do interior do Estado, reunir-se-á, nos dias 17 e 18 do corrente, na cidade de Baurú.

Além da reunião normal desse órgão partidário, que deverá discutir a situação política no Estado, o problema rural em São Paulo e questões de organização partidária — será realizado naquela cidade um comício de propaganda partidária.

Além da delegação que seguirá desta capital comparecerão representantes e delegações de numerosas outras cidades do interior.

Cursos da Comissão Municipal da Capital

A Comissão Municipal de S. Paulo organizou uma série de cursos de educação política para seus militantes e simpatizantes do partido. Os cursos que abrirão esta série serão ministrados por companheiros do partido, versando sobre:

Economia Política — Eduardo Alcântara, prof. da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo;

Sociologia — Antônio Cândido, prof. da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo;

História das idéias socialistas — Febus Gilkovate.

De acordo com a maioria dos companheiros que se inscreveram para assistir aos cursos, eles serão ministrados todos os sábados, das 14 às 17 horas, durante cada aula 50 minutos. Os companheiros que assistiram às aulas comprometeram-se a toquigrafá-las e tirar apostilas que serão vendidas aos demais alunos e enviados aos companheiros do interior para sua educação política.

O comp. Febus Gilkovate elaborou para seu curso o seguinte programa que será desenvolvido na medida em que as possibilidades o exigirem:

- 1) — A idéia socialista através dos tempos;
- 2) — As doutrinas socialistas na antiguidade e do cristianismo primitivo;
- 3) — As doutrinas socialistas na idade média;
- 4) — As doutrinas socialistas durante a Revolução Francesa e a re-

A voz do socialismo na Rádio América

A Rádio América organizou um interessante programa, a ser transmitido diariamente, às 20,30 horas, após o "Jornal Político" irradiado a essa hora.

Assim é que, em cada dia da semana, um diferente partido político disparará de 5 minutos para a exposição da seu ponto de vista sobre a situação e a propaganda dos seus princípios doutrinários.

Ao Partido Socialista foram reservadas as 2.ªs. feiras. Ouçam, portanto, todas as 2.ªs. feiras, às 20,30 horas, a Voz do Socialismo na Rádio América.

Assistência Jurídica aos membros do Partido

Além da assistência médica, a que nos referimos em outra notícia, a Comissão Municipal do P.S.B. em São Paulo está habilitada a prestar assistência jurídica a todos os membros do Partido que se encontrem no gozo de seus direitos partidários. A assistência consistirá em consultas gratuitas e patrocínio de causas em que for interessado o membro do Partido, gratuitamente ou com honorários médicos, conforme o caso. Qualquer membro do Partido que desejar obter assistência jurídica poderá dirigir-se ao secretário, ao presidente ou ao encarregado de assistência e educação do

Comissão Municipal, na sede do Partido ou procurar diretamente um dos advogados abaixo indicados, apresentando comprovante de achar-se em dia com suas obrigações partidárias (recibo da última contribuição paga):

ADVOGADOS:

Dr. Aldemar Victor Brandão
Dr. Antônio Costa Corrêa
Dr. Benjamim Pereira de Queiroz
Dr. Carlos Monteiro Brisola
Dr. Carlos Nóbrega Duarte
Dr. Carl Porto Fernandes
Dr. Foch Simão
Dr. Francisca Morato de Oliveira
Dr. Germain Feijó
Dr. Hiram Mair Cerqueira
Dr. Hozair Mota Marcondes
Dr. Jaime Queiroz Lopes
Dr. Jorge Mesquita Mendonça
Dr. José Duarte Badaró
Dr. Júlio Franco de Araújo
Dr. Luciano Silveira
Dr. Milton Pinto Coelho
Dr. Paulo Henrique Meimberg
Dr. Renato Sampaio Coelho
Dr. Roberto Fernandes Alves Mota
Dr. Samuel Ferraz de Camargo
Dr. Wilson Cury Rohal.

volução industrial;
5) — O marxismo;
6) — O anarquismo, o anarcossindicalismo e o socialismo cristão;
7) — O reformismo e as lutas na 2.ª Internacional;
8) — O bolchevismo e a 3.ª Internacional, e
9) — Tendências atuais.
Os programas dos demais cursos serão fornecidos durante o decorrer dos mesmos, devendo ser publicados no nosso próximo número.

Tribuna de discussão socialista

Damos em continuação o texto do documento que os companheiros do Grupo de Empresa do "Jornal de São Paulo" encaminharam à última assembléa geral realizada na Capital.

A Assembléa, sem entrar no mérito do referido documento,

julgou preferível encaminhá-lo à Comissão Municipal, afim de que esta examinasse do valor de suas conclusões.

Não havendo a Comissão Municipal dado aprovação expressa aos itens que resumem as considerações do referido documento, considerando este tão somente

como uma contribuição para o estudo dos problemas partidários, foi julgada útil a sua divulgação neste local do boletim interno, não sómente como uma satisfação aos companheiros do Grupo que o aprovou, como também como um elemento para as discussões internas do Partido — A REDAÇÃO.

Tarefas dos militantes socialistas

O período eleitoral está superado. Impõe-se como tarefa primeira dos militantes do Partido Socialista Brasileiro a elaboração de uma política realmente socialista, capaz de, por sua ação decisiva e consequente, despertar todos os setores da classe operária e da pequena-burguezia que foram mergulhados na apatia pela ação política, graças ao fracasso da política oportunista do P. C. B., e às indecisões e sucessivas capitulações das forças burguezas liberais no plano nacional.

A definição de uma linha política rompendo abertamente o cordão umbilical que pode nos ligar aos liberais é a primeira coisa necessária para que uma política socialista correta possa ser efetivada. Parece que depois de muitas lutas, os socialistas deveriam seguir a tendência que está implícita na denúncia feita da P. C. B., como co-responsável pela atual situação política do país, assim como as forças burguezas interessadas apenas no predomínio de seus interesses de classe.

Entretanto, se estas posições foram mais ou menos assentadas, no decorrer das lutas internas, não foram traduzidas no plano da ação. Ainda hoje, devido a todo um vasto processo de degenerescência do movimento socialista internacional, os partidos socialistas da II Internacional são tidos como meros partidos centristas, ou ainda como partidos reformistas, dispostos inclusive a perpetuar o regime burguez, afim de assegurar algumas periclitantes liberdades políticas. O desconhecimento da crise que corroi o movimento socialista internacional, será de molde a nos levar a posições praticamente viciosas no seu desenvolvimento, tornando-nos incapazes de qualquer ação decisiva no sentido de derrubar o domínio do capitalismo, por uma maior radicalização da classe trabalhadora e uma maior consciência de sua força, desde que se organize e dirija seus próprios movimentos reivindicatórios. É à testa destes movimentos que se deve colocar o P. S. B.

Sobretudo, o movimento "terceira força", que se esboça no campo internacional deverá se apresentar decididamente, não como uma força intermediária entre o capitalismo americano e o totalitarismo soviético, como o querem todos os socialistas que estão atualmente no poder, mas como uma força que se disponha a realizar aquilo por que morreram centenas de milhares de socialistas: A Revolução Socialista mundial, a abolição da propriedade privada dos meios de produção e o consequente extermínio do regime capitalista, e contra a exploração do homem pelo Estado,

que caracteriza o regime vigente na União Soviética.

Não deveremos, nunca, ter medo de declarar nosso desejo primeiro de nos colocarmos na vanguarda dos movimentos operários, seguindo esta definição clara.

Impõe-se assim a ação prática que confirme clara e precisamente, o que somos, o que queremos e nossos meios de obter o que queremos. Sem esta atitude e sem uma maior penetração dos setores operários, somente possível através de uma definição clara, o Partido Socialista estará fadado a continuar sendo um partido de fundo eleitoralista, única e exclusivamente, sem expressão política dinâmica.

A este respeito, nada melhor, nestes dias de confusão, para o movimento socialista, que uma volta resoluta às posições pregadas pelos mestres do socialismo.

Somente uma politização dos grupos, uma penetração intensiva e paciente no meio operário e em setores da pequena-burguezia, e os militantes realmente conscientes de suas tarefas — poderá fazer ir a frente a ideia do socialismo como o entendemos.

I.º CENTENÁRIO DO

"MANIFESTO COMUNISTA"

Marxismo e Socialismo

(conclusão da 3.ª pag.)

Entre outras, para um partido socialista contemporâneo, que se proponha trabalhar realmente pelo socialismo, deixar de lado a ideologia marxista como base única do seu programa e da sua luta política. Em lugar da mística da ideologia, crie-se a mística do socialismo como finalidade de luta e realização prática, já que todo o movimento de luta política, sobretudo em oposição à ordem social dominante, não pode vencer sem um impulso místico que alimente a combatividade dos militantes.

Na história da ideologia marxista e sua influência no movimento operário, é muito provável que estejamos atravessando um período de declínio, que corresponde à crise do socialismo contemporâneo e a certa desmoralização causada pela deformação mística da ideologia. Mas é inevitável, também que essa fase está impondo a todos os socialistas que se colocaram no campo ideológico do marxismo o dever de romper com qualquer preocupação de fidelidade ortodoxa para com as ideias originais de Marx e Engels, como o melhor meio de servir aos ideais do socialismo para cuja vitória tanto contribuíram aqueles mestres.

Antônio Costa Correia.

A árvore do socialismo é ainda em nosso país um arbusto delicado, cujas folhas se agitam à mais leve brisa. É preciso dar a este arbusto a consistência de uma árvore crescida. É nesse sentido que a politização e a militância devem ser feitas em todos os quadrantes. Mais do que nunca, a arregimentação e organização de quadros dentro dos sindicatos são necessárias urgentemente e mesmo indispensáveis para qualquer movimento de esquerda. Os sindicatos estão divididos em dois grupos. Os "amarelos", ou colaboracionistas e capitulacionistas e os controlados pelos comunistas, que começam a perder terreno. Aqui não se trata de propor uma "terceira posição" intermediária. O partido comunista frequentemente tem sacrificado o proletariado e a pequena-burguezia em seu afã eleitoralista. É portanto necessário, segundo nossa opinião, tomar-se uma posição mais de "esquerda" pois na realidade, não existe um sentido equivoocado no movimento operário no Brasil. Não só legalmente o P. S. B. deverá ser o único partido de "esquerda". É necessário tornar esta realidade mais evidente do que nunca. As massas proletárias e pequeno-burguezas, estão mais aptas a tomar a si as tarefas de luta de classe do que o pretenso "esquerdismo" dos comunistas, que ficaram aquém do verdadeiro sentido do impulso operário nos seus acordos eleitorais e capitulacionistas.

Portanto, ante a situação presente, propomos à Assembléa Geral que estude, vote e envie à Comissão Municipal, para execução:

- 1) — Adoção da linha definida na introdução;
- 2) — criação de um grupo central para a orientação dos movimentos das classes trabalhadoras;
- 3) — organização dos serviços da Comissão de Propaganda;
- 4) — organização de Centros de Politização intensiva;
- 5) — criação de uma comissão para trabalho eficiente nos sindicatos em favor de uma luta pela autonomia sindical e que procure a tomada de posições-chave dentro dos sindicatos;
- 6) — criação de uma Comissão de Sindicância para evitar o "paraquedismo";
- 7) — divulgação das posições contidas na introdução e destas propostas.

Socialistas de todos os Países, Uni-vos! O Grupo de Local de Trabalho do "Jornal de S. Paulo".

OS VEREADORES SOCIALISTAS e a Comissão de Estudos

Um dos primeiros cuidados da Comissão Estadual de São Paulo, logo após a diplomação dos vereadores socialistas, foi instalar, cumprindo dispositivos estatutários, uma Comissão Estadual de Estudos para preparar, examinar ou colaborar nos atos que esses representantes do povo deveriam praticar em nome do P. S. B. Coube-nos a sua direção.

Compreendendo que, a tomar-se rigorosamente a letra de nossos estatutos, no caso das vereações os estudos deveriam ser feitos em âmbito municipal, nem por isso deixamos de manter em atividade a Comissão Estadual de Estudos que se criou. Tratava-se, antes de mais nada, de estabelecer cooperação entre os vários municípios em que o PSB tem vereadores, única maneira de conseguirem-se resultados palpáveis quando os quadros partidários não são muito grandes, nem neles superabundam os técnicos. Por outra parte, a C. E. de Estudos é órgão que pode — e, mesmo, deve existir, ainda quando não houver representação do partido no legislativo estadual. Assim sendo, como esquema geral de organização adotou-se o estabelecimento de uma comissão, com sede na cidade de São Paulo, onde são menos escassas as nossas possibilidades partidárias, para atender a duplo fim: seria a Comissão Municipal de Estudos, local, e serviria ainda como comissão consultiva de âmbito estadual. Nela, desde logo se instalaram os setores de obras públicas, viação e urbanismo; educação e cultura; saúde e assistência; administração e administração; assuntos jurídicos e técnica parlamentar.

Tentou-se, depois, instalar uma comissão local de estudos em cada município em que contamos com representantes na Câmara. E exatamente nesse passo, começaram os obstáculos que, até o momento, têm entravado o progresso da Comissão Estadual de Estudos. A primeira circular, em que se recomendava a linha a ser seguida pelos vereadores em seus discursos de posse, só responderam três cidades: Sto. André, Mogi das Cruzes e Jau. Destas três, uma — Sto. André — não instalou sua comissão local, nem teve contactos posteriores com a C. E. de Estudos; outra — Jau — embora não tenha mais mantido uma ligação constante com a comissão central, conta com um núcleo local de estudos e, portanto, só está obrigada a consultar o órgão da capital em casos excepcionais ou a ele dirigir-se para o envio de relatórios periódicos; finalmente, a terceira, isto é, Mogi, não dispondo de meios para instalar comissão local, ligou seu vereador, para efeitos de consulta, à própria comissão de São Paulo e, até o momento, os contactos têm sido frequentes e frutuosos. Das demais cidades onde há vereadores socialistas, nada nos chega. Com sinceridade que caracteriza as discussões do PSB, deixamos nesta "Falha" nossa reprovação dessa indiferença e o apelo para que doravante não se insista no erro.

Como, contudo, a sinceridade da crítica só é verdadeira quando se aplica sem exceções, desejamos ser os primeiros a fazer auto-crítica, indicando falhas que ainda careceriam a ação da C. E. Estadual em sua função local e provin-

cial. Tais falhas que se evidenciam principalmente nos trabalhos relativos à Capital e a Mogi, foram atribuídos, inicialmente, ao excessivo formalismo das reuniões dos trabalhos, que nunca funcionaram satisfatoriamente. Abolindo-se tais reuniões e convocando só os consultores cuja especialidade dizia respeito ao caso em apreço, obtiver-se melhor rendimento, mas ainda assim vários fatores — entre os quais se impõe assinalar o caráter voluntário e ocasional da militância da quase totalidade de nossos partidários — não permitem o pleno funcionamento do órgão de estudos. A ser exatos, devemos afirmar que, em suas melhores fases, a Comissão de Estudos não tem passado de uma simples secretaria de informações a que recorram em sua boa vontade e grande honestidade, os vereadores de Mogi e São Paulo. E, para corrigir tal falha, ainda não se encontrou expediente adequado.

Com o objetivo de sanar outra outra lacuna, procuramos, recentemente, dar maior autonomia de funcionamento à Comissão Municipal de Estudos, para que haja possibilidade de trabalhar-se no sentido de vencer as inexplicáveis resistências dos vereadores do interior. Para tanto, criou-se o cargo de secretário da comissão local e, ao companheiro que o ocupa, cabe a incumbência de fazer as ligações entre o vereador e os consultores da Capital, coisa até agora entregue à direção da própria Comissão Estadual de Estudos. A esta respeito, sobram, nessas condições, mais tempo para dedicar-se ao setor do interior.

Há, pois, deficiências graves na Comissão de Estudos, repetimos. De qualquer forma, não as desconhecemos e procuramos corrigi-las. Contudo, mesmo que alcancemos tal objetivo, jamais o PSB conseguirá, no Estado de São Paulo, cumprir os seus estatutos, como deve e como quer enquanto os vereadores do interior — fora as honrosas exceções que anotamos — continuarem ignorando a existência e, assim, prejudicando a ação do órgão que foi criada única e exclusivamente para servi-los e, servindo-os, servir à causa do socialismo.

LOURIVAL GOMES MACHADO

"BOLETIM SOCIALISTA"

da Comissão Executiva do Distrito Federal

Recebemos o primeiro número do "Boletim Socialista", editado pela Comissão Executiva do Distrito Federal do P. S. B. Trata-se de uma publicação impressa e que, apesar de suas reduzidas proporções, contém um abundante e variado noticiário das atividades partidárias. Destacamos especialmente um artigo do companheiro Osório Barbo, intitulado "Do vereador socialista aos companheiros do partido", prestando contas de sua atuação na Câmara de Vereadores do Distrito Federal.

1.º Centenario do "Manifesto Comunista" MARXISMO E SOCIALISMO

Com seu reduzido número de páginas, o "Manifesto Comunista" de Marx e Engels leva a primazia entre as obras que mais influíram sobre o espírito humano no século decorrido desde o seu aparecimento, em fevereiro de 1848. As idéias nele expostas, sintetizando toda a teoria marxista, posteriormente pormenorizada e ampliada pelos seus autores, ganharam enorme força, empolgando grandes massas de trabalhadores e largos círculos de pensadores de todos os países. Já em 1.º de maio de 1890, o próprio Engels, um dos seus autores, podia afirmar, sem receio de erro, que a história do "Manifesto" refletia a própria história do movimento operário moderno, desde 1848, e era a "obra mais espalhada, mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum de milhões de operários de todos os países".

Hoje, quando se comemora, com justo motivo, o primeiro centenario do aparecimento dessa obra de tão profunda influência no movimento operário e socialista, cabe perguntar se aquilo que Engels dizia em 1.º de maio de 1890 continua sendo verdade em nossos dias. Em outras palavras, cabe indagar se as teorias marxistas, sintetizadas no "Manifesto", continuam sendo o "programa comum de milhões de operários de todos os países" e o instrumento

mais poderoso do movimento socialista.

Não vamos aqui, num reduzido artigo, tentar um exame crítico do "Manifesto" em face da experiência e dos acontecimentos históricos dos últimos cem anos. Esse trabalho demandaria estudos demorados e longas discussões. Queremos, apenas, exprimir algumas opiniões pessoais sobre o desenvolvimento e o influêncio do marxismo no seio do movimento operário e socialista contemporâneo.

Ninguém pode negar que o marxismo suplantou todos os demais teorias e correntes socialistas e domina praticamente toda a ideologia socialista contemporânea. A prova disso é que o marxismo é sempre tomado como ponto de referência ideológica por qualquer agrupamento ou partido político socialista, seja para aceitá-lo ortodoxamente, seja para criticá-lo ou admiti-lo parcialmente, em algumas de suas idéias fundamentais. É difícil mesmo alguém hoje ser socialista por convicções ideológicas sem aceitar, pelo menos, a crítica do sistema capitalista feita por Max.

Mas isso não quer dizer que todo bom socialista deva ser necessariamente marxista. A ideologia socialista, traduzida em militância política pela vitória do socialismo, se por um lado representa um corpo de idéias racionalizadas e uma sé-

rie de convicções organizadas em sistema, representa, também, a concretização de uma série de impulsos e aspirações afetivas do homem. Ela tem raízes, antes de tudo, no impulso de rebeldia gerado no seio das massas trabalhadoras pelas consequências inevitáveis da exploração capitalista e, por outro lado, nos sentimentos humanitários e altruístas, nos impulsos de fraternidade que sempre existem, mais ou menos adormecidos ou deformados, no seio das coletividades humanas. Por isso, um homem qualquer, especialmente um operário, pode ser um bom militante socialista sem aceitar a ideologia marxista.

Sucedê, porém, com o marxismo, um fenômeno difícil de evitar em toda ideologia de combate, principalmente no campo político, todo ele impregnado de paixão, onde os fatores afetivos atuam em larga escala, como impulsionadores da ação humana: em torno de teorias que nasceram com caráter e objetivos críticos e científicos, formam-se um envólucro de mística, uma roupagem sentimental que acaba por mascarar-las e às vezes deformá-las inteiramente e fazê-las servirem a fins diversos daqueles a que estavam destinados. As lutas, as discussões, a formação de correntes e sub-correntes de pensamento passam a ter como causa e fim a ideologia em si, erigida em símbolo de perfeição e

idolatria, e não as suas finalidades sociais e humanas. O objetivo da ideologia marxista — a transformação da ordem social, a instauração do socialismo e a libertação material e espiritual das massas humanas — é posto de lado, para considerá-se apenas a maior ou menor fidelidade na interpretação dos textos originais da doutrina, a maior ou menor identificação com as idéias de Marx, como base para polémicas intermináveis e cruentas lutas de ficções. As palavras dos criadores do marxismo passam a ser leis intangíveis contra as quais não se admite sequer o direito de dúvida. E, por um processo natural na mentalidade do homem, que se movimenta muito mais pelas representações afetivas do que pela razão propriamente dita, principalmente nesta época de grandes dramas, crises sociais e predisposições religiosas de toda sorte, vão se formando uma série de dógmas simplistas que ganham as massas com facilidade e que passam a ser um substitutivo da ideologia, para uso corrente. A ideologia perde o seu conteúdo e cede lugar a fórmulas rígidas, que não podem nunca ajustar-se à realidade social, sempre movimentada e complexa.

Alguns resultados desse fenômeno podemos ver por aí facilmente: a "teoria" marxista reduzida a alguns dógmas e slogans manejados por chefes onipotentes, servindo de instrumento não para a realização do socialismo, da libertação das massas e implantação do império da razão, mas sim como instrumento de novas formas de escravidão, destruição do sentido libertário dos ido-

logos socialistas e edificação de novos ídolos e místicas embruteadoras. Quase que poderíamos dizer, mesmo, que com a teoria marxista se vem verificando o destino dialéctico assinalado por Max para todos as criações da natureza e do homem: no seu desenvolvimento transforma-se no seu contrário. O marxismo "desenvolvido" pelo bobchismo e pelo stalinismo acaba transformando-se na negação do socialismo, no oposto à idéia de liberdade que inspirou os criadores da ideologia.

Por isso, não será nenhuma aberração dizermos que hoje domina poderosamente o movimento operário e socialista contemporâneo não a ideologia marxista propriamente dita, mas a mística do marxismo, repartida por diversas facções. Essa mística, em muitos aspectos e oportunidades, se apresenta como a própria negação do espírito e das idéias que inspiraram os autores do "Manifesto".

Essa a razão, talvez, porque muitos espíritos esclarecidos hoje se afastam do marxismo e mesmo o combatem dentro do campo das ideologias socialistas. O pensamento humano em geral age por oposição a alguma coisa. Quando a um homem esclarecido que, pelos seus pendores humanitários e altruístas, se coloca no campo de luta do socialismo, se apresenta um amontoado de dógmas e ídolos com o nome de ideologia marxista, sente-se ele impellido, por oposição a isso, a colocar-se fóra da ideologia marxista e mesmo contra ela. Essa também a razão de conveniência, en-

(Conclui na pag. 2)

UNIÃO PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA

1) O artigo que, sob o título de "Bases para a defesa da democracia", escrevemos, despertou mais comentários do que poderíamos esperar. Imaginávamos que os comunistas e os advogados do capitalismo burguês haviam de dizer as tolices de sempre. Para os reacionários comunistas, a organização de uma Terceira Força é comunismo, deserção da luta, ajuda à reação fascista, a soldo do capitalismo, etc. Para os reacionários capitalistas, é crypto-comunismo. E há ainda o Quarto de Moscon, etc. Seria preciso que não os conhecessemos de longa data, para estranharíamos que eles reditassem as bobagens que não se cansam de repetir e contra as quais estamos definitivamente imunezados pelo DDT da mais completa indiferença. Não pensávamos, porém, que outros elementos que se dizem contrários, por igual, ao capitalismo e ao comunismo, fizessem restrições ao apelo que formulamos no longo sentido dos derrotados. Isto prova que não fomos entendidos, ou que não há, neste país, nem mesmo entre os homens instruídos, a maturidade política para encerrar, com amplitude de vista, as tendências difíceis das doutrinas políticas e econômicas em que se debatem todos os povos, inclusive e, especialmente, o povo brasileiro.

2) Preferimos admitir que não fomos compreendidos. E há uma explicação para isso. Devemos confessar que não somos nenhum sociólogo. Estamos longe de ser sequer um doutrinador, nem temos quaisquer pretensões a escritor. Escrevemos estes artigos por uma questão de dever e como um instrumento de luta, na linguagem simples que está a nosso alcance, para transmitirmos um pouco da experiência que é a nossa única bagagem, baseada nas vicissitudes de uma acidentada vida pública. Não temos outros títulos senão os da mais firme resistência cristã e democrática a toda sorte de opressão. Conhecemos bem as pressões do Estado e não recamos a elas voltar. Conhecemos bem as infâmias dos déspotas, as intrusões dos acordados, a intolerância dos setarizados, não por ouvir dizer, mas de ciência própria. Não sendo, propriamente um escritor, mas um homem de luta, é possível que não tenhamos transmitido com a clareza imprescindível o apelo aos democratas. Mas, relendo o que escrevemos em junho de 1946 e reproduzindo no artigo "Bases para a defesa da democracia", não encontramos ou-

tra forma literária mais adequada a exprimir o nosso pensamento. Tornamos a repeti-la aqui:

"No Brasil, estamos num dilema: ou os homens que encaram, da mesma forma, as soluções dos problemas fundamentais da ordem econômica, se reúnem num mesmo partido e agem, com vigor, junto as massas populares, resguardando as liberdades essenciais à pessoa humana e neutralizando, democraticamente, a ação do Partido Comunista ou continuam como está, por vezes os democratas em vários partidos que se entredevoram por motivos secundários, e, neste caso, o nêdo ao comunismo tornará vitoriosa a reação e surgirá, inevitavelmente, o neo-fascismo ou, depois de fundido o Partido Comunista, liquidará os demais organismos democráticos".

Ora, para sermos menos conciso, poderemos esclarecer que afirmamos a mesma coisa, depois de examinarmos a imensa maioria dos partidos nacionais, na sua missão de conquistar o apoio de amplas massas populares, proletárias sobretudo, para neutralizarem a ação do Partido Comunista, democraticamente, isto é, sem cassação de registro do Partido sem cessação de mandatos, sem discriminações odiosas contra a sua imprensa, sem surras na polícia, sem perseguições por motivos ideológicos, sem provocação de milhares de militares de brasileiros, em suma — como escreveu magnificamente Hernes Lima — sem recorrer aos processos da "legalidade fascista" para combater a "legalidade socialista", sem mantermos fics, à "legalidade democrática".

Aliás, este pensamento não é propriedade nossa. Ele é um patrimônio dos democratas autênticos. Basta ver que uma organização insuspeita da mais longínqua tendência comunista, socialista ou mesmo esquerdista, a "Resistência Democrática", dirigida hoje por um dos maiores valores morais deste país, o professor Solral Pinto, protestou contra o fechamento do Partido Comunista a procederam democraticamente. E é através do instrumento da liberdade política que poderemos ver a extinção gradual de tais Partidos".

Está certo. É através do instrumento da liberdade política, que, na In-

teraltem, foi neutralizada a ação do Partido Comunista que ali não apresenta o menor perigo. E, democraticamente que devemos combater o comunismo. O método fascista de combate ao comunismo foi inútil e até contraproducente em nossa reação.

Quem não estiver de acordo com essa preliminar tão lógica, não pode filiar-se a uma Terceira Força democrática. Ele já é de fato um anti-democrata. Não lhe cabe o nosso apelo.

3) Afirmamos também, naquele artigo (que, "no Brasil, não surgiu até agora um corpo de princípios mais adequados a esse objetivo que o exposto no Manifesto da Central Democrática e que constitui as linhas essenciais do programa do Partido Socialista Brasileiro, sob o lema socialismo e liberdade, vale dizer, socialismo democrático").

Essa declaração provocou também objeções que nos pareciam infundadas. Diz-se que há outras doutrinas políticas muito mais adequadas à realidade do que "o tuidio programa da Esquerda Democrática". Essa acusação de H. H. Filho em voto proferido no Tribunal Superior Eleitoral, quando ali se debatem aqueles programas.

Não estamos longe de concordar que devamos combater as doutrinas melancólicas e mais corajosas do que a do Partido Socialista Brasileiro. Uma coisa, porém, é filosofar; outra é agir politicamente. Um filósofo, um sociólogo pode construir um sistema tão perfeito que "daiqui a dezentos ou mil anos se torne vitorioso em todo o mundo. Não se cuida aí de pô-lo em função do tempo e do espaço. Lança-se a idéia e deixa-se que ela germinar no futuro. Mas um partido político tem de ter idéias imediatamente compreendidas pelo povo, num dado país e numa época certa.

Sob esse prisma da realidade, devemos confessar que o programa do Partido Socialista Brasileiro ainda é arrojado para a média de compreensão do povo brasileiro. Neste ponto concordo com as críticas que lhe formularam os comunistas. Se fosse ele um corpo de doutrina pessoal, particular, já o teríamos tornado menos rígido na sua orientação socialista. Mas acontece que se trata de programa de um Partido Político, que é votado por uma Convenção que decide por maioria de votos e

deve, a submeter-nos àquela decisão, desde que não tira os pontos essenciais de nossas convicções pessoais. Um partido que tem de atuar junto à massa popular, está sujeito aos imperativos do meio social, aos quais não se subordina-se também os seus filiados. Quem deseja manter-se na torre de marfim de um programa pessoal, particular e especial, tem de afastar-se da atividade partidária. Funde um clube ou academia; não, um partido.

Ora, não há um ano de atividade política, apesar dos senões de seu programa que aos poucos serão eliminados, como está acontecendo, pelas convenções partidárias, o Partido Socialista Brasileiro se transformou de um núcleo de 33 pessoas que sublevaram o Manifesto de agosto de 1943, numa força homogênea que reuniu, nas recentes eleições municipais, cerca de 100.000 votos, sob sua legenda.

Diante desse fato, não é exagero afirmar que o seu corpo de doutrina, entre os dos partidos existentes, é o mais adequado ao desenvolvimento democrático do povo brasileiro.

4) Esse crescimento que, numericamente, não foi extraordinário, se comparado com a votação obtida pelo demais partidos políticos — é notável, se atentarmos para a sua significação ideológica.

Organizar um partido ao sabor das conveniências eleitorais é uma manobra, com os recursos materiais que sempre surgem nessas ocasiões — é tarefa incomparavelmente mais simples que conquistar uma parcela do povo e unificá-la em torno de uma doutrina, disciplinando-a, sem lhe oferecer quaisquer vantagens materiais, conquistando-a pelo espírito, sem outros recursos que os da persuasão direta e pessoal. Esse tem sido o formidável trabalho do Partido Socialista Brasileiro. Valer e formado de gente pobre que o sustenta a custa de sacrifícios que somente nós sabemos, o Partido Socialista Brasileiro é, por outro lado, combatido sem tréguas, não apenas pela reação capitalista, mas pelos demais partidos ecloristas que jogam contra ele todo o seu poder econômico e todas as armas que esse poder lhes dá.

Pois, apesar de dificuldades assim quase insuperáveis, vamos impondo P. S. B., mesmo pelo seu valor numérico do que pela coerência de suas atitudes e pela fidelidade à seu programa. A sua força lhe vem dessa altitude; e seu crescimento tem sido con-

tinuo, porque não temos apenas um programa no papel, mas uma convicção, uma fé inabalável na democracia e uma certeza de que as desigualdades sociais serão eliminadas com a transformação da estrutura da economia capitalista. É o nosso rumo que nos dá força para resistir à opressão que vem de todos os lados e vencer as incompreensões dos homens de boa fé e a malícia dos despitados.

5) Mas nem por que somos fieis ao que prometemos, pretendemos setarizar-nos. Por isso mesmo, não fugimos ao dever de apelar para os demais democratas que encaram da mesma maneira, apesar de divergências secundárias, os problemas fundamentais da ordem econômica, não sendo de formarmos a Terceira Força que esteja ao lado de todos os democratas que encaram do capitalismo internacional quanto do comunismo internacional.

Neste ponto, como aliás em quase todos, estamos pessoalmente de acordo com Tristão de Alencar, quando escreve essa observação exata:

"A batalha não se trava aqui, mas em toda parte e de modo particular, nos países que centralizam as grandes forças econômicas modernas. A luta no Brasil entre capitalismo, comunismo e Terceira Força" (chame-se a esta socialismo puro, socialismo liberal ou democrático, democracia socialista, cristianismo social, humanismo econômico, estruturalismo, cooperativismo ou que outro nome tenha) — não acontece em todos os continentes".

É a luta feroz que se trava entre o capitalismo agônico e o comunismo burocratizado — ambos sem poderosos recursos de toda espécie — que obriga a formação da Terceira Força, que aglutine a maior e a melhor parte da humanidade, isto é, os homens e mulheres que abominam as injustiças criadas pela economia capitalista e repetem a escravidão da ditadura comunista, lutando por conciliar a liberdade política e civil com a necessidade de transformar a estrutura econômica da sociedade. A Terceira Força é o único caminho a todos os partidos socialistas e democráticos e a todas as organizações que tenham o mesmo sentido. Ou eles se unem ou perecerão. As divergências que porventura existam entre eles, serão eliminadas pela conjugação da luta, em benefício dos pontos fundamentais que os separam do capitalismo e do comunismo.

DOMINGOS VELASCO.

Na Câmara de Vereadores da Capital

Serviço de Policiamento da Alimentação Pública

Usando da palavra, na Câmara Municipal da Capital, o companheiro vereador Cid Franco, proferiu recentemente o seguinte discurso sobre o Serviço de Policiamento da Alimentação Pública:

"Sr. presidente, srs. vereadores: Não vou falar propriamente em nome da Comissão de Defesa da Economia e da Saúde do Povo. Usarei de um direito que me assiste como vereador. Falarei em meu nome individual, representando também o pensamento do Partido Socialista Brasileiro.

Procurarei ser objetivo, não me derramarei num discurso apenas doutrinário, mesmo porque não é do meu temperamento fazer das palavras um fogo de artifício.

Declaro inicialmente que sou contra o costume dos votos de louvor a quem está cumprindo uma estrita obrigação, como no caso dos "comandos sanitários", que tantas e tão acasas discussões já suscitaram nesta assembleia, Penso mesmo que deveríamos aprovar não um voto de louvor, mas um voto de pesar, por não se ter efetuado há mais tempo a campanha contra envenenadores do povo, campanha que deve ser permanente e não esporádica.

Reconheço, entretanto, que o Serviço de Policiamento da Alimentação Pública está lutando com dificuldades materiais muito serias. De 1925 a 1930, possuía sede própria, que é o prédio em que hoje funciona a Faculdade de Medicina Veterinária. Tirou naquela época 6 carros de condução, 2 auto-caminhões e um auto-laboratório, com os respectivos motoristas.

De 1930 a 1948, se a matemática ainda merece confiança neste mundo contraditório, transcorreram 18 anos. Nestas quase décadas S. Paulo cresceu. Surgiram novos estabelecimentos e novas atividades.

E o Serviço de Policiamento da Alimentação Pública? Ampliou-se também, acompanhando o progresso urbano?

A resposta é a seguinte: Hoje ele reside em casa de aluguel, uns dois ou três andares de prédio inadequado, à rua Xavier de Toledo. Hoje ele não tem laboratório próprio. As análises não se podem fazer com a rapidez necessária, porque as amostras para exame são encaminhadas ao Instituto Adolfo Lutz. Perde-se tempo na ida e na volta: na remessa das amostras e no recebimento dos resultados.

Aqui estão, srs. vereadores, 4 fotografias do que já foi a Inspeção de Policiamento da Alimentação Pública:

1.ª) a antiga sede, onde hoje funciona a Faculdade de Medicina Veterinária;

2.ª) a garagem com os seus carros de condução;

3.ª) o auto-laboratório, transformado pela Repartição de Transportes em auto-ônibus, quando se deu a centralização do serviço de transportes do Departamento de Saúde;

4.ª) vista interior do auto-laboratório.

Parece-me dispensável encarecer a importância desse auto-laboratório, de muitos outros laboratórios para um serviço de luta contra envenenadores do povo. E a importância dos carros de condu-

ção, para assaltos rápidos e decisivos.

Nada disso existe hoje. A Inspeção, atualmente, não possui transporte necessário ao seu serviço. A Repartição de Transportes da Secretaria de Saúde Pública fornece-lhe apenas dois autos-coletores (duas peruas), para todo o serviço de alimentação, incluindo-se os "comandos sanitários".

Não é desolador? Já se noticiou, mais de uma vez, que os jornalistas se cotizaram para que os "comandos" realizassem algumas de suas investidas, em automóveis de aluguel.

Enquanto se verifica esse absurdo, vemos todos nós pela cidade muitos autos do governo carregando elegantes familiares do oficialismo.

Sr. presidente, na qualidade de vereador socialista, não vejo na minha luta política propriamente pessoas: — vejo as injustiças e contradições do regime.

Elas podem simbolizar-se em fatos e pessoas. Então, os fatos e as pessoas que eu aponto da tribuna, em todo o meu obscuro, difícil, mas sincero trabalho dentro desta Câmara, enquanto aqui puder permanecer, não constituirão o objetivo de uma política personalista e inferior, mas apenas os elementos de prova daquelas injustiças e daquelas contradições.

Elas mais uma vez encontrarão símbolo, representação viva e revoltante: num fato e em duas pessoas: —

O fato, que a imprensa toda noticiou, que os "comandos sanitários" descobriam; é um crime contra a saúde do povo.

As pessoas são, de um lado, o criminoso; de outro, um deputado que correu a defendê-lo.

O criminoso é o sr. Isac Casoy. O deputado é o sr. Alfredo Farhat. Mas vamos primeiramente ao fato.

Há poucos dias, em cumprimento de nossa missão, o vereador padre Arnaldo e eu estivemos na Inspeção de Policiamento da Alimentação Pública. E lá, respondendo a perguntas que lhe fiz, o dr. Nicolino Morena, diretor da Repartição, na presença do vereador padre Arnaldo, ditou estas informações que anotei:

"O sr. Casoy deixava pedaços de pão velho, fermentando em barricas. Aproveitava essa massa, para incorporá-la à massa destinada ao fabrico de pão de centeio, à qual adicionava, para lhe dar a coloração escura, pó de café esgotado, isto é, a borra do café.

Bolachas. Ele aproveitava a moedura de pães doces velhos, a que incorporava farinha de trigo, aproveitando a varredura dessa farinha".

Ouviram bem, srs. vereadores? A varredura da farinha. A farinha que estava no chão, no imundo chão, onde talvez pessoas cuspissem, por onde andavam sapatos sujos, vindos da rua, indo para a rua.

Mas voltemos ao ditado do nosso informante, o diretor da repartição, dr. Nicolino Morena:

"As condições sanitárias eram precaríssimas, embora o sr. Casoy já tivesse sido intimado a reformar e tivesse sido multado.

A mercadoria foi apreendida e inutilizada.

Pedi a prisão do sr. Casoy. O processo está correndo".

Essas declarações da autoridade que chefia a fiscalização da alimentação pública em S. Paulo desde o ano de 1923, feitas oficialmente a dois vereadores desta Câmara, não deixam dúvidas sobre o fato, sobre o crime. Trata-se, realmente, de um atentado à saúde do povo, à saúde de crianças, jovens, adultos e velhos.

Na ansia de ganhar dinheiro, de aumentar o seu capital, o criminoso aproveitava tudo: pão velho fermentado, borra de café para o milagre do pão de centeio, moedura de pães doces velhos, farinha de trigo varrida do chão. E tudo isso, realizado num estabelecimento de "precaríssimas condições sanitárias".

Toda a imprensa da Capital noticiou a mesma coisa que nos disse o dr. Nicolino Morena.

O sr. Casoy, sr. presidente e srs. vereadores, não me interessa como pessoa. Só me interessa como símbolo da desonestidade e da ganância capitalista.

Vou passar ao segundo personagem deste capítulo criminal da história viva da cidade.

Reproduzo os termos com que a ele se refere um matutino corajoso e de grande penetração popular, "A Hora", o mesmo jornal que cinco mascarados, até hoje impunes, empastelaram há 49 dias.

Afirma "A Hora":

"Trata-se do sr. Alfredo Farhat. Não se sabe por que cargas d'agua esse parlamentar se tomou de dores pela sorte do sr. Isac Casoy, que tem mesmo contas a justas com a sociedade".

Outro matutino, o mais antigo da imprensa de S. Paulo, o tradicional "Correio Paulistano", comentou na sua edição de 3 do corrente:

"No outro dia, segundo apuramos, o advogado Alfredo Farhat, que é também deputado, foi escolhido para defender o sr. Casoy e conseguiu tira-lo da cadeia. São fatos que a população observa e aos quais empresta as mais variadas e desfavoráveis interpretações".

Não é admissível a hipótese de que dois jornais tão diferentes — "A Hora" e o "Correio Paulistano" — inventassem o interesse de um deputado por um envenenador do povo.

A rude verdade está gritando nas notícias e acusações simultâneas. S. Paulo inteiro a conhece. S. Paulo inteiro a comenta.

Ora, sr. presidente, eu não posso admitir que um deputado, ou alguém que possua o diploma de representante do povo, tenha a ousadia de defender envenenadores do povo, dentro ou fora de um parlamento.

Eu não vejo meios honestos de conciliar, num autêntico representante do povo, duas personalidades antagônicas: uma que trata dos interesses do povo e outra que trata dos interesses de inimigos do povo.

O depoimento daqueles órgãos da imprensa de nossa terra é gravíssimo e deve constar dos anais desta Câmara. Penso mesmo que todo senador, deputado ou vereador porventura interessado em defender envenenadores do povo deveria perder o respectivo mandato.

Porque este sim, sr. presidente, este sim, é um justo motivo de cassação de mandatos.

Srs. vereadores, não me parece que este se deva considerar um caso pessoal e sim um caso altamente político. Bem sei, como bacharel em Direito desde 1928, que toda criatura humana tem direito a defesa. Mas nenhum representante do povo tem o direito de defender envenenadores desse mesmo povo, dentro ou fora de qualquer das nossas câmaras legislativas.

O Partido Socialista aponta este caso não só à atenção de S. Paulo, mas do país inteiro, como um exemplo de traição ao mandato popular.

Sr. presidente, vejo-me obrigado a acrescentar um significativo "em tempo" a este discurso. Na manhã de hoje fui procurado por um rapaz, que se apresentou como contador da firma Casoy, desejoso de saber como eu iria tratar do assunto. Convidou-me para ir até à firma, convite que não aceitei. Queixou-se da imprensa e dos próprios "comandos", dizendo que a primeira fizera um "carnaval" sobre o caso e os segundos não agiram corretamente, pois mandaram fotografar pães velhos que eram destinados à alimentação de porcos e não à fabricação de novos produtos. E acrescentou que as análises foram favoráveis ao seu patrão. Tive a necessária cautela de arranjar no momento três tes-

temunhas, que ouviram, junto de mim, as declarações do rapaz. São elas: o sr. Ulipiano Del Picchia, redator da Rádio Cultura; o sr. Moacir Jorge, funcionário do I. A. P. C., e o sr. Abraão Burkinsky, residente à rua Manuel Vitorino, 210, o qual me fôra fazer um convite para realizar uma conferência literária. Perante essas três pessoas, apertado por minhas perguntas, o contador, empregado ou emissário do sr. Casoy confessou que as condições sanitárias do estabelecimento eram realmente más.

Depois disso, de minha casa, telefonei ao dr. Nicolino Morena sobre as análises. E ele me disse que não foram favoráveis e sim desfavoráveis à firma, concluindo que todos os produtos submetidos a exame foram considerados impróprios para o consumo.

Ha poucos momentos o dr. Nicolino Morena esteve nesta Câmara e exibiu os resultados das análises a três vereadores: padre Arnaldo, sr. Pedro Pedreschi e o orador.

Aproveitando a honrosa oportunidade de ocupar esta tribuna, deixo aqui um aviso a qualquer interessado na defesa de envenenadores do povo: — relatarei desta mesma tribuna, pela imprensa e, se me for possível, também pelo rádio, outras visitas que receba, semelhantes à que recebi na manhã de hoje".

Insensação do Imposto para o Comércio de Livros

Dos mais felizes e oportunos foi o projeto apresentado pelo companheiro Cid Franco sobre a necessidade de se fazer o pagamento de imposto de indústrias e profissões e comércio e a indústria do livro no município. Realmente, não se compreende que isso aconteça, que se procure tornar mais elevado o preço de uma mercadoria que deveria estar ao alcance de todos, mas, ao contrário, dia a dia, se converte em artigo de luxo, excessivo, não só, aos mais economicamente privilegiados. O livro já não suporta nenhum onus, pois fazê-lo, é, em última análise, o mesmo que proibir a aquisição de conhecimentos e o aprimoramento do espírito.

E' o seguinte o texto do projeto:

Art. 1.º — Ficam isentos do pagamento do imposto de indústrias e profissões e comércio e a indústria do livro neste município.

Art. 2.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Para justificar o projeto, o companheiro Cid Franco proferiu o seguinte discurso:

"Foi com espanto que verifiquei não haver a Prefeitura Municipal de São Paulo isentado o livro do imposto de indústrias, e profissões."

A regulamentação da nova lei de imposto de indústrias e profissões classifica as mercadorias segundo o critério de utilidade, de necessidade.

Pela tabela organizada, as mercadorias da letra "A" são as que suportam menos onus. Os livros pularam para a letra "J".

Na letra "A", como coisas e funções consideradas de primeira necessidade, encontramos, por exemplo: fabricantes ou mercadores de "abal-jour", de alfombras ou semelhantes, de azulejos, de balaios (de baralhos, sr. presidente), de bengalas ou semelhantes, de cachimbos, de cerveja, de fichas para jogo, de artigos para o Carnaval.

A tabela, que rasgou assim um elogio a s. magestade o rei Momo, sobe-

rano que há pouca teve honras oficiais nesta cidade de São Paulo, relegou para a categoria de menos importância o livro — o livro que Castro Alves sonhava semeado, espalhado pelo Paris interior.

Quando eu era menino, já sabia de cor estes versos do criador da poesia social no Brasil:

"Oh! Bendito o que semia Livros... livros à mão cheia... e manda o povo pensar!"

Em face da tabela que estou comentando, não sei como meus filhos e todos as crianças de S. Paulo poderão repetir os versos de Castro Alves. Talvez tenham de cantar sambas e marchas carnavalescas.

Músicas de Carnaval, pandeiros, cuicões, reco-recos, longa-perfumes, serpentinas e confetis são mais importantes que o livro — o livro que faz o povo pensar.

Conclamo os srs. vereadores, sem distinção de partidos políticos, a uma luta contra esse absurdo.

O livro já é caro, como caro também é o ensino. Tenho alunos que mal podem comprar um compêndio, uma biografia, um bom romance.

A letra "J" vai tornar o livro ainda mais caro, num momento em que todos os esforços para barateá-lo e difundi-lo seriam poucos.

Em defesa do livro, em socorro dos estudantes pobres, em auxílio dos estudantes sem recursos, numa palavra: em defesa da nossa cultura, sugiro às diversas bancadas que estudam com urgência o assunto, a fim de que seja revertido de maneira mais prática e vantajosa para o povo.

Esta é uma causa por a qual peço o apoio de todos os srs. vereadores.

Termino informando que na mesma letra "J", equiparadas portanto ao livro, estão as casas de pensão não familiares. Não é preciso nenhum comentário".

O ante-projeto de Lei Sindical

O PROJETO MANGAIBEIRA SOBRE OS PRIMEIROS ATAQUES

Conforme previamos, embora um pouco mais cedo do que pensávamos, o projeto de lei sindical do comp. Mangaibeira está começando a sofrer críticas por parte de todos quantos desejam conservar o atual estado de coisas na vida sindical: o ministério, senhor dos sindicatos e os burocratas que transformam os sindicatos em agências da classe capitalista.

O sr. Marvan Dias de Figueiredo ordenou a seus bonzos que discutissem o projeto e elaborassem um substitutivo a fim de que, aos olhos dos representantes burgueses no parlamento, pareça que a classe trabalhadora está contra o projeto do comp. Mangaibeira.

Uma prova evidente disto é a reunião que foi realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores, o falso órgão central que saiu da farsa que foi o Congresso Sindical de 1946. Os bonzos dirigentes, depois de haver o presidente da C.N.T. dito da necessidade dos trabalhadores prestigiarem a política do governo Dutra que visa dar pão aos trabalhadores — enquanto o presidente manda congelar os salários dos operários — resolveram que o projeto do comp. Mangaibeira não atende aos reclamos da classe operária brasileira. Desta maneira, a C.N.T. vai apresentar um substitutivo ao projeto Mangaibeira, a fim de fazer com que a liberdade e a autonomia sindical sejam retardadas por mais tempo.

Há, assim, uma urgente necessidade da mobilização dos setores conscientes da classe operária na defesa do projeto Mangaibeira. Esse pode ter os defeitos que tiver, mas é ainda a única saída para o impasse em que se encontra a vida sindical brasileira. Defendê-lo, é o dever de todos os socialistas e dos partidários da plena autonomia sindical.

O. S. F.

Livrar os Sindicatos da intervenção dos Governos e dos Partidos

REPRODUZIMOS A SEGUIR A ENTREVISTA QUE O COMPANHEIRO JOÃO MANGAIBEIRA CONCEDEU A UM JORNAL DO RIO, ELUCIDANDO A ORIENTAÇÃO QUE SEGUIU NA ELABORAÇÃO DO ANTE-PROJETO DE LEI SINDICAL:

OBJETIVOS DA LEI

— Não é fácil resumir um ante-projeto, como o da reforma sindical, com 5 títulos e 81 artigos que, por sua vez, se dividem em muitos parágrafos. Todavia pode-se dizer que o ante-projeto tem sobretudo três objetivos: 1.º — fazer de fato do sindicato o órgão representativo da profissão; 2.º — libertá-lo, por isso mesmo, da intervenção tanto do governo quanto dos partidos; 3.º — assegurar a boa aplicação das rendas sindicais, de modo que não sejam deturpadas em serviços e atividades estranhas aos interesses reais dos sindicalizados.

ELEIÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

— Mas para que tais objetivos sejam atingidos, é preciso que as eleições sindicais sejam livres, tanto da pressão dos agentes do governo, quanto dos grupos de choque dos partidos. Por isto o projeto determina que a eleição se faça por voto secreto no local de trabalho em hora de serviço, paga ao votante o salário ou ordenado, como se em trabalho eletivo estivesse, e colados os votos por métodos idênticos nomeados por um Tribunal Idêntico. Em casos excepcionais, "ou quando, pela natureza da profissão se verificar a impossibilidade da eleição no local de trabalho, o Tribunal poderá determinar que ela se faça em outro lugar

OS TRIBUNAIS SINDICAIS

Perguntamos, então, que seriam esses Tribunais e se não eram uma duplicata da Justiça do Trabalho.

— Não, respondeu o Sr. Mangaibeira. Os Tribunais Sindicais não exercem nenhuma das atribuições da Justiça do Trabalho. Como seu próprio nome revela, tratarão somente de questões sindicais, como por exemplo, as eleições dos dirigentes sindicais, ou as divergências entre os órgãos sindicais e entre estes e os sindicalizados. Velarão pela observância da lei sindical e pela aplicação legal das rendas sindicais. Comparar-se-ão do pessoal idêntico, uma das quais nomeada pelo presidente da República e as outras designadas pelas Federações Sindicais. São magistrados, a bem dizer, rituais; pois, só em casos excepcionais perderão os cargos. Serão pagos pelo Fundo Sindical. Portanto, completamente independentes do Ministério do Trabalho.

COMISSÃO CONJUNTA

— Além disso, o ante-projeto cria em cada empresa o lugar de delegados sindicais, eleitos pelo conjunto da mesma. E os delegados, com os representantes da diretoria da empresa ou do autarquia, formarão a Comissão Conjunta que tem por função "resolver e conciliar os interesses entre empregados e empregadores, de modo que a empresa funcione como uma comunidade produtiva". Compete-lhes, portanto, "resolver em primeira instância sobre as questões relativas à demissão de empregado" e "nas autarquias e empresa do Estado sobre as questões relativas a empresas privadas opinar sobre o caso".

UNIDADE SINDICAL

— E quanto à questão da unidade ou pluralidade sindical, como dispõe o ante-projeto? — perguntamos.

— O ante-projeto, — diz o Sr. Mangaibeira — determina que "nenhum sindicato se poderá constituir, se não reunir pelo menos 1/4 dos membros da profissão". E praticamente a unidade, embora ironicamente torne possível a pluralidade. Possivelmente, se não recuasse, porque constitui o meio mais certo de força e estabilidade sindical. O programa do meu partido, porém, está com o rosto quando, depois de se proclamar pela liberdade e autonomia sindical, acrescenta: "considerada a unidade sindical dos trabalhadores aspiração a ser realizada em três prazos". Está certo, porém, que será vitoriosa a emenda que estabelece a unidade sindical, defendida pelos Centros de Operários Católicos e pelo Partido Trabalhista. Neste particular, os comunistas brasileiros é que são atualmente pela pluralidade. Tiveram para isto que viajar e pelo país para que a pluralidade se manifestassem, quando o Sr. Carneiro de Mendonça, como ministro do Trabalho, o determinou e eles o combateram, defendendo a unidade.

O PROJETO NÃO É SOCIALISTA

Perguntamos ainda, uma vez que se referia ao programa do seu partido, se o projeto era socialista. Retucou o Sr. Mangaibeira:

— Se, como deputado socialista, seivesse de apresentar um projeto, seria diferente do que apresentei. Até mesmo porque antes de lhe dar a forma definitiva ouvira os vários partidos do meu partido. Mas não fui designado, como deputado socialista e nesse caráter, para elaborar coisa nenhuma. Foi nomeado, como deputado, por uma comissão na qual sou o único socialista, para fazer um esboço do ante-projeto para a Comissão de Leis Complementares que não é socialista, sob uma Constituição que socialista não é. Tinha, como deputado, o dever de não recusar o encargo e a obrigação de apresentar o esboço do ante-projeto dentro de um prazo certo e curto. A todo isso obedeci como me cumpria; e elaborarei um esboço que pudesse ser aceito por uma sub-comissão de uma comissão e, no fim, por um congresso que não é socialista, como aqueles não são. Tinha que atender o que se me foi pedido, não posso fazer, em obediência às quais se exerce o minha atividade, como órgão de uma sub-comissão, mais do que o que me foi pedido. Não fui designado para elaborar um projeto, dentro de determinado prazo, para determinada comissão e sob determinada Constituição. Tinha sido um intento se houvesse feito um esboço de ante-projeto rigidamente socialista, mas destinado a ser registrado "in limine" unicamente.

EMENDAS AO PROJETO

— Acha, então, que o esboço vai ser aprovado integralmente, sem emendas?

— Não — respondeu o Sr. Mangaibeira. Nem seria possível. Até mesmo porque eu próprio tenho várias emendas

a apresentar, logo que a sub-comissão se reunir. Além de emendas de forma, apresentarei outras quanto à substância. Assim preparei que os tribunais se reduzam a dois, um para cada região e cinco membros, dos quais somente um será nomeado pelo presidente da República e os outros pelas Federações Sindicais, e que os tribunais sejam desistituídos dos seus cargos mediante proposta da diretoria respectiva aprovada por 2/3 do Assembléia.

VOTO AOS ANALFABETOS E AOS MARÍTIMOS

— Preparei o voto dos analfabetos. Porque se exerce a profissão e paga a contribuição deve, ao meu ver, ter voto na escolha dos dirigentes, embora não possa ser votado. Preparei também que nos ferroviários e marítimos seja permitido o voto nos trens ou barcos onde se encontram. É uma velha aspiração desses trabalhadores, que não foi atendida na lei eleitoral, mas que o Partido Socialista apresentará como emendação à reforma eleitoral chegar à Câmara.

ESBOÇO DE ANTE-PROJETO

— O que existe, por ora, é um esboço de ante-projeto, que o Sub-Comitê mandou publicar exatamente para que os interessados acessem, a respeito, sugestões. Somente depois que a Sub-comissão aprovar o esboço, embora emendada, que ele se transformará em ante-projeto, que será enviado à Comissão de Leis Complementares. E somente depois de discutida e naturalmente aprovada a Comissão de Leis Complementares, é que ele se tornará projeto de lei e será enviado à Câmara e daí ao Senado.

O IMPOSTO SINDICAL E CONSTITUCIONAL

— Mas o projeto, ou esboço, mantém o imposto sindical, que um juiz de primeira instância acaba de declarar inconstitucional nos Estados Unidos. Eis a resposta do Sr. Mangaibeira:

— O nome de imposto é mal aplicado ao caso. No caso não se trata, a bem dizer de imposto, mas de uma contribuição sem tal caráter. Tal contribuição o esboço a mantém. Bem sei que no fundo é a mesma coisa. O ante-projeto mantém o imposto sindical, sendo regulado por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício das funções delegadas pelo Poder Público". Assim, somente pelo texto isolado do artigo 159, e pela sua letra, é constitucional a contribuição. Mas uma Constituição não é interpretada e muito menos se constrói por esse processo mecânico. O sindicato, a sua regulamentação, o seu exercício e a sua vida são assuntos de competência do Poder Privado. É uma instituição social que tem que ser apreciada e regulada à luz de sua necessidade vital e do seu desenvolvimento histórico em campo do direito privado. É uma instituição social que tem que ser apreciada e regulada à luz de sua necessidade vital e do seu desenvolvimento histórico em campo do direito privado. É uma instituição social que tem que ser apreciada e regulada à luz de sua necessidade vital e do seu desenvolvimento histórico em campo do direito privado. É uma instituição social que tem que ser apreciada e regulada à luz de sua necessidade vital e do seu desenvolvimento histórico em campo do direito privado.

LEI DE EMERGÊNCIA

— É certo, — diz o Sr. Mangaibeira. Logo que a Sub-Comissão se reunir, eu apresentarei emendas. Mas não sei a complexa, que dará margem a muitas emendas e longas discussões. Urge, porém, tirar os sindicatos do caixote em que se encontram, sem a intervenção dos eleitos, sob uma constituição que lhes garante autonomia e liberdade. Para isto, apresentarei um projeto de urgência, determinado pelo artigo 24 do art. 30 dias, o Superior Tribunal Eleitoral baixe instruções para que, dentro de outras 30, as mesas eleitorais que presidirem que se enquadram, sem a intervenção dos eleitos, sob uma constituição que lhes garante autonomia e liberdade. Para isto, apresentarei um projeto de urgência, determinado pelo artigo 24 do art. 30 dias, o Superior Tribunal Eleitoral baixe instruções para que, dentro de outras 30, as mesas eleitorais que presidirem que se enquadram, sem a intervenção dos eleitos, sob uma constituição que lhes garante autonomia e liberdade.

(conclusão da 7.ª pag.)

Coisas boas e más do ante-projeto da Lei Sindical

Apresentando à comissão inter-parlamentar o ante-projeto de Lei Sindical, o companheiro João Mangaibeira, presidente do Partido Socialista Brasileiro e deputado federal, fez questão de acentuar que aquele não era um projeto "socialista", mas sim um projeto que pudesse ser aceito pelo Parlamento liberal democrático que o incumbira da tarefa.

É evidente que somente dentro de uma sociedade socialista terá cobimento uma lei sindical socialista. Aos socialistas compete, de qualquer modo, trabalhar no sentido de introduzir elementos progressistas na legislação da atual sociedade burguesa. De outro modo, aliás, não teria sentido a nossa atividade parlamentar. Um deputado socialista será, sempre, um socialista deputado — uma prova disso temos no ante-projeto elaborado pelo companheiro João Mangaibeira, o qual, sob vários aspectos, dá forma legal às posições socialistas no terreno sindical, embora, sob outros, pareça ter sido ainda influenciado pelas disposições e pressupostos da legislação pre-existente.

1 — EXISTÊNCIA DE SINDICATO

Estabelecendo o princípio da liberdade de organização sindical, o ante-projeto limita-o, entretanto, ao seu artigo primeiro, às "pessoas da mesma profissão". Isso equivale a proibir os sindicatos de pessoas de diferentes profissões, como seriam os sindicatos de empresas, e os sindicatos mistos das pequenas cidades, nas quais os diferentes categorias profissionais não comportam, cada uma delas, o seu próprio sindicato.

A lei deveria, pelo contrário, facultar todos os tipos de sindicatos, pois se é certo que os comerciantes, que existem em pequenos grupos por milhares de lojas, ganham força ao se reunirem na base de sua profissão, também é certo que a divisão dos empregados de uma empresa como a Sarcobana por tantos sindicatos quanto fossem as profissões dos seus empregados, equivaleria a tornar impossível qual-

quer movimento coletivo dos ferroviários daquela estrada.

2 — POLÍTICA E PARTIDOS

O ante-projeto assegura os direitos sindicais de todos os empregados, independentemente de suas convicções políticas, e também contém o salutar princípio de proibir a utilização dos sindicatos pelos partidos políticos. Esse princípio, entretanto, o a-partidarismo dos sindicatos — na verdade essencial para que eles sejam autônomos — parece-nos impossível de ser assegurado por um simples artigo de lei. Ele somente terá efetividade na medida em que os correntes políticas forem capazes de se contrabalançar dentro dos sindicatos. O ante-projeto tem a respeito um dispositivo perigoso, que é aquele de atribuir a um organismo estranho à vida sindical o controle da atividade político-partidária dos sindicatos. O risco é tanto maior quanto esse organismo é composto de pessoas nomeadas quase ao inteiro arbítrio do chefe do poder executivo — o que equivale a colocar as diretorias dos sindicatos à mercê do partido político dominante. A fiscalização da conduta da diretoria, nesse caso nas demais particulares, não deveria ficar sujeita senão à assembléia dos membros do sindicato.

3 — ADMINISTRAÇÃO DOS SINDICATOS

O ante-projeto desce a minúcias excessivas a respeito de particularidades da organização interna dos sindicatos. Parece-nos que seria preferível a enunciação dos princípios que deveriam nortear a elaboração dos estatutos e do regimento interno de cada sindicato — e só. Não tem sentido, por exemplo, a fixação de um número rígido de membros do Conselho Fiscal de cada sindicato.

Além dos casos previstos no ante-projeto, o voto secreto nas assembléias sindicais deveria ser obrigatório também para a declaração e a suspensão das greves.

4 — DELEGADOS SINDICAIS

Uma das inovações mais apreciáveis do ante-projeto é, sem dúvida, a

instituição dos delegados sindicais, eleitos pelos trabalhadores de cada empresa. Trata-se de medida de extraordinário alcance e que, uma vez adotada, dará aos sindicatos nacionais um efetivo e permanente contacto com a massa de trabalhadores.

O ante-projeto é, entretanto, contraditório neste ponto, pois, estabelece "delegados sindicais" por empresa — quando apenas previu e autorizou a formação de sindicatos por profissão. Dentro de cada empresa, os delegados eleitos teriam que acabar entendendo-se com tantos sindicatos quantos fossem as profissões em que se dividisse a atividade dos empregados de uma fábrica — e há fábricas que reúnem empregados de seis, oito e dez profissões diferentes.

5 — FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES

Estabelecendo embora a liberdade de organização sindical, o ante-projeto limita, afinal, o número de federações nacionais a um grupo certo e pré-determinado. Isso parece pouco lógico. Se a organização dos sindicatos de base é livre, não se vê bem qual o motivo pelo qual a cúpula da organização sindical deixaria de ser livre. Por esse caminho teríamos novamente os sindicatos como órgãos do Estado, indo por água abaixo toda pretensão a atividade sindical livre e autônoma.

6 — IMPOSTO SINDICAL

O ante-projeto mantém o atual imposto sindical, o que nos parece um de seus mais sérios defeitos. O imposto sindical é irmão gêmeo do sindicalismo corporativista. A quem pagariam os empregados esse imposto, se a organização sindical é livre? A que sindicato será recolhido o imposto de um empregado não sindicalizado, pertencente a uma profissão na qual existem 2 ou 3 sindicatos concorrentes? E como sustentar o princípio da liberdade de organização sindical, e ao mesmo tempo da obrigatoriedade do imposto sindical?

(conclue na 6.ª pagina)

Resoluções da Conferência Socialista Internacional

Realizada em Antuérpia, de 28 de Novembro a 2 de Dezembro de 1947

A conferência socialista internacional, realizada em Antuérpia, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1947, depois de ampla discussão dos problemas políticos e econômicos mais importantes da paz e reconstrução, chegou à conclusão de que a ameaça de uma nova guerra, que paira agora sobre as massas trabalhadoras, é ao mesmo tempo, expressão de uma luta de classe mais acirrada e de uma luta defensiva de povos contra ataques aos seus direitos democráticos, preservados à custa de tanto sangue e destruição.

A conferência afirma que, em face de tais perigos, cumpre a todos os partidos socialistas o dever de unir, em cada país, todos os elementos progressistas e democráticos, tornar mais coesos os partidos socialistas em todo mundo, pôr em primeiro plano os aspectos que são comuns a todos os partidos socialistas, em oposição às diferenças que os separam.

A tarefa dos partidos socialistas é levar as massas trabalhadoras ao poder, afim de assegurar às populações de todos os países o mais elevado padrão de vida possível e liberdade verdadeira, em atmosfera de paz mundial.

O socialismo é em sua essência internacional e inseparável da democracia. Um socialista não pode separar as causas econômicas das causas políticas que condicionam a tensão atual.

PAZ

A conferência socialista internacional declara:

A existência de blocos inimigos representa uma constante ameaça de atritos e conflitos. Toda política que tem por fim formar tais blocos deve ser combatida pelos partidos socialistas.

Os partidos socialistas devem envia-los todos os esforços possíveis para estabelecer relações econômicas e culturais entre povos e países.

A condição mais importante para assegurar a paz é a unificação da Europa, no base de compreensão e cooperação mútuas entre todos os

povos e países do continente.

Como consequência, os partidos socialistas não podem aceitar uma política de desmembramento territorial permanente da Alemanha, que de um lado, reforçará o nacionalismo, o militarismo e o desejo de revanche da parte dos alemães e, de outro lado, acarretará a divisão da Europa através da formação dos assim chamados "blocos".

A futura estrutura da Alemanha só será realmente democrática se forem levados a efeito a desnazificação, a reforma agrária e a socialização das indústrias chaves sob controle internacional.

A conferência considera a independência e a soberania da Áustria elementos indispensáveis à manutenção da paz.

A conferência acredita que a sorte da democracia e o futuro do socialismo dependem da unidade da classe operária europeia e dos massas trabalhadoras do mundo. E' dever dos partidos socialistas fazer o máximo possível — conservando absoluta fidelidade aos seus princípios — para restabelecer a unidade que foi, contra a sua vontade, destruída.

A conferência lastima o aprofundamento da cisão da classe operária internacional que é uma consequência dos recentes ataques ao socialismo democrático. A conferência condena os ataques feitos aos partidos socialistas da Inglaterra e França e, especialmente, a personalidades como Léon Blum e Atelee.

O anti-semitismo é um perigo para a democracia e a paz. A conferência lança um apelo a todos socialistas e a todos democratas sinceros para que se oponham a todas as tentativas de recrutamento da propaganda anti-semita e para que declarem o anti-semitismo crime contra a humanidade.

Em relação aos problemas internacionais atuais a conferência declara:

A O.N.U. é, apesar de seu estatuto defeituoso, uma verdadeira corporação internacional, capaz de assegurar a paz entre os povos. A atividade da O.N.U. deve ser re-

forçada, pela mobilização, em todos os países de todas as forças democráticas que lutaram contra a reação, contra o nazismo e seus plenos criminosos, contra as suas tentativas de dominar a vida em todos os seus aspectos, bem como pela colaboração mais sincera das gran-

COISAS BONS E COISAS MÁS DO SUB-PROJETO DE LEI SINDICAL

(Conclusão da 5.ª pag.)

Os esperados benefícios do imposto sindical foram muito mais reduzidos que os seus efetivos malefícios. Temos, hoje, sem dúvida, sindicatos ricos — enquanto os de ontem, que apenas viviam das contribuições dos associados eram pobres. Porém, os sindicatos ricos de hoje deixaram de ser sindicatos, são repartições arrecadadoras do imposto sindical. Acresce a isso que, por permitir aos sindicatos a cobrança de um imposto, o Estado quer, logo em seguida, controlar a aplicação da renda obtida — e isso, que foi uma das principais características do socialismo sob o Estado Novo, subsiste no ante-projeto.

7 — TRIBUNAL SINDICAL E COMISSÃO DO FUNDO SINDICAL

O ante-projeto cria um pomposa Comissão do Fundo Sindical, incumbida de controlar a aplicação do imposto sindical pelos sindicatos, o que começará por observar ela própria boa parte da arrecadação desse mesmo imposto. Como dizer que o sindicato é livre, se as pessoas que o integram não são livres se não para dispor dos fundos de sua caixa?

Outra inovação pouco atraente é a instituição de uma justiça especializada para julgamento das questões internas dos sindicatos. Trata-se de uma justiça quase administrativa. Os juizes são, via de regra, nomeados ao arbitrio do presidente da República. Teremos, depois, uma nova e dispendiosa burocracia a pensar sobre os débeis organismos sindicais, a sugar-lhes quase todo o seu rendimento e a tutelá-los como a menores e incapazes.

Os direitos sindicais a serem preservados são direitos civis e políticos comuns — e não se vê bem o motivo da criação, em todo o território nacional, de uma tão complicada e pesada maquinaria. Se o que se quer é dar maior rapidez ao julgamento das questões sindicais, e tornar os juizes mais familiares com os problemas que deverão decidir — bastaria a criação de varas especializadas na própria justiça comum.

Estos são algumas observações mal alinhavadas que nos ocorreram de um breve estudo do ante-projeto. Gostaríamos de salientar tudo o que de bom há no trabalho do companheiro João Mangabeira, mas será politicamente preferível que apontemos as falhas que ele nos parece conter, para uma eventual revisão de seu texto.

De qualquer modo, o ante-projeto, não sendo um documento oficial do partido, representa uma ótima oportunidade para que discutamos e fixemos as posições partidárias nesse terreno.

Muito útil seria, sem dúvida, que de futuro pudessemos discutir preliminarmente, nos organismos partidários, os assuntos que deveriam constituir objeto de trabalho legislativo de nossos companheiros parlamentares.

ARNALDO PEDROSO D'HORTA

des potências que devem deixar de lado a desconfiança em suas relações.

A conferência lamenta a ausência de uma política enérgica e consequente contra a Espanha franquista da parte da O.N.U. A conferência exige o início imediato de uma ação intergacional afim de libertar o povo espanhol e reconstruir a república.

A conferência condena oficialmente a interferência dos países estrangeiros na política interna da Grécia. Consta que com firmeza que só um governo realmente democrático, livre da pressão estrangeira, poderá restabelecer a paz e a liberdade no país.

A conferência condena outrossim toda e qualquer interferência que vise apor-se à vontade democrática dos povos soberanos.

A conferência reconhece a necessidade do auxílio americano para a reconstrução da economia europeia.

A conferência sublinha, ao mesmo tempo, o fato que nenhum auxílio poderá ser recebido que venha por em perigo a independência da nação ou a sua vontade de reconstruir a economia em bases socialistas.

ECONOMIA

A conferência socialista internacional de Antuérpia declara que a paz mundial e o bem estar das massas trabalhadoras dependem da rapidez com que serão reconstruídas, em bases socialistas, a Europa e outros países destruídos. A conferência constata com satisfação a nacionalização das indústrias chaves, os reformos agrários (medidas que destróem a velha economia capitalista) e a ampliação dos elementos de uma economia socialista planejada. Desse ponto de vista, a conferência considera necessária a participação cada vez maior do proletariado na direção da vida econômica.

A conferência lamenta a ausência de um plano de colaboração internacional na tarefa de reconstruir as regiões devastadas pela guerra, logo depois de cessadas as hostilidades.

A conferência sublinha a importância de uma campanha internacional pela reconstrução pacífica das regiões devastadas pela guerra, consoada pela agressão nazista. A cooperação dos 16 países, que participaram da conferência de Paris, foi reconhecida pelos socialistas de quasi todos os países como um passo à frente na referida direção.

Ao mesmo tempo, estabelecem os países da Europa oriental uma cooperação econômica crescente. Esta cooperação também foi reconhecida como fator positivo pelos partidos socialistas da Europa oriental, presentes na conferência de Antuérpia. A conferência socialista externa a opinião que urge estabelecer a cooperação econômica entre todos os países da Europa, afim de tornar possível, nos quadros da O.N.U. e do socialismo democrático, a edificação de uma economia socialista unificada.

A existência de algumas centenas de milhares de "deslocados" nos campos de concentração, três anos depois de cessadas as hostilidades, é uma vergonha e um impedimento para a reconstrução pacífica da Europa e do mundo. A conferência socialista internacional exige de todos os governos democráticos medidas imediatas que possibilitem os "deslocados" nova vida e trabalho produtivo. As portas de todos os países devem ser abertas às vítimas infelizes da Alemanha nazista, do fascismo e do guerra.

Esta resolução deve ser levada ao conhecimento de todos os partidos socialistas e de todas as organizações com os quais o Centro Socialista de Coordenação e Informação está em contacto. A resolução deve ser divulgada de modo a comparar a posição do socialismo democrático com a posição de outras ideologias que combatem o socialismo democrático.

Esta resolução exprime os anseios de todos aqueles que odeiam guerra, opressão e injustiça social, que não capitulam diante do mal e que estão convencidos de que os povos são capazes de forjar o seu destino com as suas próprias mãos.

A VIDA DOS GRUPOS

(continuação da 7.ª pagina)

O companheiro presidente comunicou ainda que a sugestão feita pelo grupo, de que fosse afixado na sede um jornal mural com a relação dos grupos existentes na capital, bem com o dia, hora e local em que são efetuadas suas reuniões, fora atendida pelo C.M. já estando na sede o referido mural. Lida a ata da sessão anterior, foi ela aprovada com duas retificações.

CONSULTA À C.M. SOBRE O GRUPO DA LAPA

O companheiro Marques, já na ordem do dia, levanta uma questão sobre o grupo da Lapa, pois consta que esse grupo se dissolveu e que desapareceram as fichas de cobranças que estavam em poder de sua direção. Cita ainda o mesmo companheiro o caso das comissões distritais, pois a formação de uma delas é que veio a determinar o funcionamento anômalo daquele grupo, até o seu desaparecimento. O companheiro Antão discorda de seu ponto de vista, tendo afirmado que caberia unicamente à secretaria de arrecimação fiscalizar a ação dos grupos, nada tendo com isso, portanto, o grupo do Centro. Propunha, desse modo, que apenas se lamentasse o desaparecimento do grupo da Lapa.

O QUE FOI APROVADO

Participam dos debates os companheiros Elidio, Mazzi, Secundino, Fontenelle e a companheira Carrijo, tendo finalmente sido aprovada a proposta que consulta a C.M. sobre as razões do desaparecimento do grupo da Lapa, bem como sobre o que há de verdadeiro a respeito do material de cobrança desse grupo.

OUTROS ASSUNTOS

Em seguida a companheira Carrijo comunicou seu desligamento do grupo do Centro, pois foi designada para o Grupo Profissional N.º 2. Convidou ainda os companheiros para assistirem a uma conferência que anunciará no próximo dia 7 de abril, às 15 horas, no Departamento Estadual de Estatística, sobre o tema: "Contribuição da mulher para a paz universal". A direção do grupo ficou de transmitir o convite aos demais companheiros do partido tendo designado a companheira Aloisi para sua representante oficial nessa conferência.

Depois de convidar os companheiros para a próxima reunião, que será realizada no mesmo local, às mesmas horas, na próxima 4.ª feira, o companheiro presidente encerrou a reunião.

REPORTAGEM DE JOSÉ DE CASTRO FONTENELLE.

Grupo de Base do P. S. B. na Capital de São Paulo

(Situação em Fevereiro de 1948)

GRUPO 1 — PROFISSIONAL (Jornalistas, escritores e artistas).

Presidente: Mário Neme; secretário: Eduardo de Oliveira França; Tesoureiro: — José de Costa Fontenelle. Reuniões ordinárias do grupo: Todos as segundas-feiras, às 17,30 horas, à rua Bráulio Gomes n.º 25, 10.º andar, sala 1.002.

GRUPO 2 — PROFISSIONAL — (Médicos).

Presidente: Joaquim Vieira Filho; secretário: Luiz Rodrigues Caldas; Tesoureiro: João Ferreira de Castilho Neto (demissionário, em virtude de haver sido eleito para a Comissão Municipal). Reuniões ordinárias do grupo: às sextas-feiras, alternadamente (uma sexta-feira sim outra não), às 21 horas, na sede do Partido, à Praça da Sé, 237.

GRUPO 1 — DISTRITAL — (Centro).

Presidente — Osvaldo Antão Fernandes; secretário: Tamaz de Aquino Martins da Costa; Tesoureiro: Jana Ribeiro. Reuniões ordinárias do grupo: Todas as quartas-feiras às 20,30 horas, na sede do Partido, à Praça da Sé 237.

GRUPO 2 — DISTRITAL — (Pinheiros).

Presidente: Gastão Massari; — secretário: Aristides de Andrade; Tesoureiro: Alvaro de Lima Naves. Reuniões ordinárias do grupo: As sextas-feiras, alternadamente (uma sexta-feira sim, outra não), às 21 horas, à rua Fradique Coutinho, 303.

GRUPO 3 — DISTRITAL (Bela Vista).

Presidente: João Walter Madio; secretário: Aléssio Gonçalves; Tesoureiro: Frederico Pirozzi. Reuniões ordinárias do grupo: — ainda não fixadas regularmente (grupo em fase de organização).

GRUPO 4 — DISTRITAL (Vila Mariana).

Presidente: Jacinto Carvalho Leal; secretário: Hélio Rubens Macêdo Pinto; Tesoureiro: Carlos Aluizio Pestana Moreira. Reuniões ordinária do grupo: Todos os domingos, às 9 horas da manhã, à rua Morgado Mateus 564.

GRUPO 1 — LOCAL DE TRABALHO (Jornal de São Paulo).

Presidente: Enildo da Silva Franzos; secretário: Alcino Ribeiro Melo; Tesoureiro: José Bernardino de Carvalho. Reuniões ordinárias do grupo: Na redação do "Jornal de São Paulo", à rua do Seminário, 199, à noite.

NOTÍCIAS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Trabalhos de Arregimentação na Capital

NOVOS MEMBROS — Ingressaram no partido, na capital, no princípio deste ano (até a segunda semana de março), 32 novos membros.

GRUPO DE VILA MARIANA — Este grupo, a respeito de cuja direção damos notícia em outro local, está reunindo 34 companheiros, além de 3 outros do Bosque do Saúde e 3 de Vila Clementino.

GRUPOS EM ORGANIZAÇÃO — A Comissão Municipal está, presentemente, desenvolvendo esforços no sentido da criação de dois novos grupos de bairro, sendo um no Cambuci e outro na Acclimação.

Na impossibilidade de estruturar desde logo os companheiros residentes no Cambuci e Acclimação, foi organizado um grupo sob a presidência de Luiz Frago de Campos, secretariado por Helvício Plácido Brandão e tendo como tesoureiro Gilberto David, o qual se incumbirá de procurar os membros do partido nesses bairros, trabalhando pelo futuro desdobramento do grupo.

Aqueles que desejarem colocar-se em contacto com esses elementos poderão procurá-los na sede central do partido, todos os domingos, às 10 horas.

ESTUDANTES — Os estudantes inscritos no partido foram convocados para uma reunião que se realizou no dia 9 de março último, em conjunto com a Comissão Municipal, presentes cerca de 30 companheiros. Foi decidido que os estudantes formarão comissões ou grupos estudantis nos quais discutirão os problemas relativos aos interesses dos estudantes. Cada estudante, entretanto, ficará ligado a um grupo de bairro, onde gozará de todos os direitos partidários.

Os companheiros que desejarem informações ou orientação sobre assuntos de organização partidária na capital devem procurar o companheiro Hozair Mota Marcandes, secretário de Arregimentação da C. M.

O petróleo nacional

Do nosso companheiro do Rio Grande do Norte, Rivaldo Pinheiro, recebemos o folheto intitulado "O Petróleo Nacional — aspectos do problema da sua exploração", no qual o autor reproduz a conferência que realizou sob os auspícios da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa.

Trata-se de um estudo sério, objetivo e bem documentado desse importante problema nacional, constituindo uma valiosa contribuição para o esclarecimento do povo a respeito do mesmo.

DE CAMPOS, NO ESTADO DO RIO

Do companheiro Nelson Martins, vereador do Partido Socialista em Campos, no Estado do Rio, recebemos um telegrama em que acusa a remessa de "Folha Socialista" informando que procurará difundir alguns dos artigos deste jornal na "Folha do Povo", que naquela cidade é o porta-voz das posições socialistas.

PLANO DE PROPAGANDA DA COMISSÃO MUNICIPAL DA CAPITAL

(Aprovado para execução até o dia 15 de abril de 1948)

MATERIAL DE PROPAGANDA — a ser confeccionado e distribuído. Serão: — Cinco tipos de selos diferentes. Quantidade: 50.000 (10.000 de cada tipo). Tamanho a ser fixado, conforme as necessidades técnicas de design e impressão. Dizeres que conterão os selos (sobrepostos a uma gravura, se possível em cor diferente): 1) — "Trabalhadores! Lutai por vossa libertação com o Partido Socialista Brasileiro"; 2) — "Não há liberdade sem socialismo nem socialismo sem liberdade. Lutai por socialismo e liberdade com o Partido Socialista Brasileiro"; 3) — "Somente o socialismo resolverá os problemas do Brasil. Partido Socialista Brasileiro"; 4) — "Pela 3.ª frente dos povos livres contra todos os imperialismos e a guerra. Lutai com o Partido Socialista Brasileiro"; 5) — Transporte barato com a socialização da C.M.T.C. Partido Socialista Brasileiro".

YOLANTES: — Contendo dizeres que resumam o aentamento e a posição política do P.S.B., com poucas palavras de fácil penetração, em formato não maior que 10x10 centímetros. Quantidade: 20.000.

Resumos do programa do Partido: — 10.000 exemplares, em uma só folha de papel cada exemplar, de modo a tornar fácil a distribuição.

Este material deverá estar pronto e distribuído aos grupos do Partido até o fim de março, devendo os grupos realizar a sua distribuição nos primeiros quinze dias do mês de abril.

BOLETIM DA COMISSÃO ESTADUAL: — Além das quotas que os grupos do Partido estão obtendo, até o presente, para distribuição entre os respectivos membros ou simpatizantes, pro-

curar-se-á obter pelo menos uma distribuição pública do boletim, de preferência em grandes pontos ou topas, em lugares de grande concentração. Cada grupo será consultado sobre as suas possibilidades de trabalho nesse sentido e quantidade de exemplares que poderá distribuir, ficando a forma de distribuição a seu cargo (organização de equipe para distribuição em porta de fábrica, pregação em paredes ou tapumes, distribuição em pontos de bonde ou pontos de aglomeração popular, etc.) Para esse fim, será solicitado à Comissão do boletim, que reserve 1.000 exemplares do próximo número para a Comissão Municipal.

CURSOS E PALESTRAS: — Foram iniciados no dia 20 de maio os seguintes cursos, que constarão de uma aula por semana, todos os sábados, das 14,30 às 17,30 horas, na sede da Praça da Sé: 1) — Economia Política, a cargo de Eduardo Alcântara; 2) — Sociologia, a cargo de Antônio Cândido; 3) — História do socialismo, a cargo de Febus Gikavote.

PALESTRA DO COMP. CID FRANCO: — Será realizada, em data a ser combinada com o comp. Cid Franco, uma palestra deste, sob o tema de "socialismo ou de prestação de contas do seu trabalho na Câmara Municipal, com debates sobre os problemas do município.

BIBLIOTECA E ESTANTE DE LIVROS E JORNALS: — Organizar, na sede, o biblioteca do Partido, com um responsável e um regulamento para o respectivo funcionamento. Organizar também a estante de jornais e revistas socialistas e da imprensa diária, à disposição dos membros do Partido, na sede da Praça da Sé.

EM AÇÃO O GRUPO DE VILA MARIANA

O Grupo de Vila Mariana, apesar de ser um dos mais recentemente organizados, é dos que mais têm se salientado por sua ação no sentido de uma penetração nos setores operários. O funcionamento do grupo — que se reúne aos domingos, às 10 horas, na casa do comp. Nestor Pereira Jr., à rua Morgado Mateus, 564 — é uma prova evidente da vantagem da participação de elementos de diferentes profissões em um mesmo grupo. Os elementos que têm uma maior experiência política e maior conhecimento da ideologia socialista prestam incôntáveis serviços ao trabalho do grupo, colocando nos devidos termos as proposições que são levantadas ou orientando a atividade prática de seus membros. A comunhão de idéias que reina no grupo, onde as atividades de propaganda e organização não são nunca descuidadas, é um exemplo que deveria ser seguido pelos demais grupos do partido.

seguiu o concurso de um elemento de ligação, o jornal do partido foi bem recebido, havendo grande entusiasmo em torno das atividades do P.S.B. Na fábrica Caravelas o mesmo fato se deu, faltando apenas conseguir-se um elemento que possa elevar a ligação entre o grupo e os trabalhadores da fábrica.

O grupo, tomando conhecimento do plano de propaganda da Comissão Municipal, decidiu incumbir-se de 10% do material que fôr impresso, de acordo com o plano da C.M. Para que o serviço possa ser feito com maior proveito, membros do grupo estão encarregados de fazer um levantamento dos estabelecimentos industriais existentes no bairro, iniciando assim trabalho que poderá servir para outros fins — de estudo, por exemplo para o futuro.

O grupo de Vila Mariana, pelo que foi dado à reportagem observar, constitui um exemplo de como deve funcionar um grupo de bairro de um partido socialista. Digno de menção é o fato do comp. Plínio Mello, secretário geral da C.E., participar das reuniões, prontificar-se a formar nos "portos de fábrica", dando assim um exemplo de consciência socialista o todos os demais membros do grupo. Esperamos que todos os membros de direção façam do mesmo, militando com regularidade em seus grupos de base, onde se submetem à direção do mesmo e às decisões de suas assembleias.

Apenas organizado, o grupo iniciou, imediatamente sua tarefa de penetração nos círculos operários. "Portos de fábrica", designação dada por um companheiro do grupo, foram organizadas desde a primeira reunião, indo os companheiros distribuir "Folha Socialista" na porta de vários fábricas do bairro, travando contacto direto com a massa trabalhadora. Depois de 15 dias de experiências, os resultados se mostram bastante satisfatórios. Na Fábrica de Cera Recorde, onde se con-

O T.S.E. decidiu importante caso Eleitoral de Goiaz

O Tribunal Superior Eleitoral, em recente reunião, deu provimento ao recurso do P.S.B., ex-Exquerda Democrática, de Goiaz, contra a decisão da Regional daquele Estado, que anulou o registro de seus candidatos aos cargos eleivos do município de Pedro Afonso.

O caso é o seguinte: o P.S.B. de Pedro Afonso pleiteara o registro de seus candidatos a prefeito e vereadores daquele município. O registro, entretanto, foi indeferido pelo juiz eleitoral, porque da relação de partidos em seu poder não constavam o nome do Partido Socialista Brasileiro, em que transformara o Exquerda Democrática.

Em face disso, o P.S.B. recorreu ao T.S.E., tendo este informado, então, que o P.S.B. estava devidamente registrado e explicando a omissão por um lapso telegráfico.

O juiz eleitoral do Pedro Afonso — à vista da informação do T.S.E. — não teve dúvida em reconsiderar seu despacho, mandando registrar os candidatos do P.S.B., os quais em sua maioria, saíram vitoriosos no pleito. Mas o P.S.D. não se conformou com a solução e recorreu novamente ao Regional. Este deu provimento ao recurso, declarando que os prazos para registro de can-

Comunicado da tesouraria da Comissão Municipal

Conforme é do conhecimento público, o vereador socialista na Câmara Municipal de São Paulo, companheiro Cid Franco, bateu-se para que o subsídio dos vereadores não fosse fixado em quantia excedente de Cr\$ 6.000,00 mensais, quantia essa que foi julgada pelo Partido correspondente a uma remuneração equitativa pelo trabalho de cada vereador. Tendo sido vencido em seu ponto de vista, parquanta a Câmara Municipal resolveu fixar um subsídio de Cr\$ 9.000,00 fixos mensais, além de uma parte variável, para cada vereador, o companheiro Cid Franco deliberou, coerentemente com a posição por ele assumida nos debates da Câmara, não receber, para si, quantia superior a Cr\$ 6.000,00 mensais fazendo entrega

do excedente ao Partido, para que este o aplicasse da melhor forma possível, em fundos de assistência, ou de organização de imprensa própria. Cumprindo sua determinação, o mesmo companheiro fez entrega, em data de 11 de março último, à tesouraria da Comissão Municipal, da importância de Cr\$ 8.000,00, correspondente aos subsídios por ele recebidos nos meses de janeiro e fevereiro, naquilo que excederam à importância de Cr\$ 6.000,00 mensais. A tesouraria da Comissão Municipal faz, em consequência, o presente comunicado, para conhecimento dos demais membros do Partido, como um exemplo de coerência socialista por parte do companheiro Cid Franco.

didatos eram preclusivos. Tratava-se de coisa julgada. E assim deu ganho de causa ao recorrente (P.S.D.)

Dessa decisão recorreu o P.S.B. para o Tribunal Superior Eleitoral, saindo, afinal, vitorioso.

Assim, o P.S.B., que é dirigido em Goiaz pelo deputado Domingos Velasco, passou a ser maioria no município de Pedro Afonso fazendo ainda o prefeito.

Livrar os Sindicatos da Intervenção dos Governos e dos Partidos

(conclusão da 5.ª página)

da eleição. Determina que os cédulas tenham um signo, de modo que possam votar os analfabetos. E que os recursos sejam interpostos para os Tribunais Regionais e deste para o Superior dentro de 48 horas. O prazo de vista correrá em cartório e será de 3 dias, tanto para o Ministério Público, quanto para os outros partes interessados. O relator terá o prazo de 3 dias para dar o seu voto e o julgamento não poderá ser interrompido por pedido de vista".

A vida dos Grupos

Um grupo que trabalha — O que foi a última reunião — O desparecimento do grupo da Lapa — Os membros são convidados para as reuniões por circulares expedidas pela direção.

Numa organização política verdadeiramente democrática como é a nossa, o grande papel da base tem que ser evidenciado a todo o momento. A atividade constante dos militantes, através de reuniões periódicas e constantes, é que realmente norteia a vida partidária, fazendo sempre com que as decisões sejam tomadas de acordo com o

CONTINUAM SE REUNINDO REGULARMENTE OS COMPANHEIROS DO GRUPO DO CENTRO

pensamento da maioria. Daí a importância da tarefa que cabe aos grupos partidários, organismos que reúnem os socialistas brasileiros. Eles são os céllulos geradoras de toda a energia partidária e sobre eles tão somente recai o encargo de animar, discutir e levantar todos os problemas da organização. Os grupos constituem, na verdade, a força motriz do Partido Socialista Brasileiro.

UM GRUPO QUE TRABALHA

No município de São Paulo, infelizmente, nem todos os grupos têm sabido desempenhar bem a sua missão, realizando os trabalhos que lhes são confiados. Poucos são os que estão em atividade constante, dando oportunidade a que seus membros participem direta e ativamente da vida partidária. Um grupo que trabalha, fugindo a esse marasmo,

é o GRUPO DO CENTRO. Sua atividade tem sido continuada e proveitosa, sendo talvez um dos organismos mais ativos do partido em nossa capital. Seus membros vêm se reunindo regularmente todos os quartas-feiras, na sede estadual do partido, a praça da Sé, 237-2.º andar. Na última de suas reuniões, levada a efeito no dia 17, a FOLHA SOCIALISTA esteve presente, acompanhando todas as fases do trabalho.

O QUE FOI A ÚLTIMA REUNIÃO

Estiveram presentes 10 membros do grupo, dirigindo a reunião o companheiro Antão, atual presidente daquele organismo. Constatou o expediente uma cópia da circular que a direção do grupo endereça semanalmente aos membros, certificando-os do dia, hora e local da reunião semanal, bem como uma outra do ofício enviado ao companheiro Tavares solicitando a conclusão e apresentação de seu relatório sobre o projeto de lei sindical, tarefa de que tinha sido incumbido anteriormente pelo grupo.

(cont. na 6.ª página)

Folha Socialista

A socialização da medicina

Ao transmitir à nova diretoria eleito na Associação de Medicina a presidência que ocupava na diretoria anterior, o companheiro Alípio Corrêa Neto pronunciou o seguinte discurso:

Há muito a profissão médica atravessa acentuada crise econômica que mais tende a agravar-se, com a tendência da socialização da medicina em nosso meio social. Não é o profissional médico contra esta tendência; ao contrário, ele procura incentivá-la e apressá-la, uma vez que é o primeiro a indicar os poderes públicos os meios de estender aos trabalhadores esbaldados as vantagens da assistência hospitalar, como medidas fundamentais para a valorização do homem. Nem seria eu, socialista que sou, combatente nos fileiros do Partido Socialista Brasileiro, quem viria manifestar-se contra a socialização da medicina. Penso que é dever do médico, conhecedor da injustiça social, propugnar pelo medido em apreço. Causa espécie, no entanto, o modo por que ela se vai fazendo, à revelia da classe médica, que é chamada à função de socialização, e como mero instrumento manejado pelos detentores das fontes de riqueza e dos meios de produção.

QUADRO DA ASSISTÊNCIA BENEFICENTE

Na organização dos aparelhos de socialização que se vão multiplicando em nosso meio, os médicos são convocados para ocupar os cargos, para ganhar ordenados ínfimos e atender um número de consulentes muito superior à sua capacidade funcional, em suma entram na organização como mero trabalhador por tarefa.

Dois fatos se depreendem desta situação — o rebaixamento do seu trabalho que passa a ser assalariado puro e simples, com menosprezo pela sua atuação, regulamentada por leis na matéria.

De longa data, desde talvez que se criou a primeira obra de assistência nesta terra, usa-se e abusa-se da generosidade e da oporiedade do médico, como instrumento de fazer caridade e de exercer humanitarismo em benefício de outrem. Por caridosos passam os mesários das "Santas Casas", dos asilos, das sociedades ditas beneficentes; os médicos que arcam com a responsabilidade maior, são simples instrumentos necessários à consecução altruística como os aparelhos de raios X, os ferros cirúrgicos, os salos de operações, os leitos dos hospitais.

Os benfeitores, os homenageados, os caridosos não são os trabalhadores diurnos das enfermarias e dos laboratórios, são os felizes ricos que, de quando em vez, se reúnem para discutir problemas gerais, ao lado de copos de refrescos ou chávenas de chá. Este é o quadro da assistência dita beneficente.

Hoje tentam lançar, com pouca diferença, no mar generoso da socialização, a figura do médico dentro das mesmas características de subordinação e exploração, como o marujo abnegado que conduz o

barco da saúde do povo para o proveito dos magnatas.

VERDADEIRA CRISE MORAL

No terreno da função pública, pelo menos no nosso Estado, foi vibrado um golpe profundo que atingiu o profissional da medicina até a sua estrutura moral. A Sociedade de Medicina e Cirurgia acatou o apelo dos seus associados e concitou a todos os médicos a unirem-se em torno da comissão que iria, junto aos poderes públicos estaduais reivindicar os seus direitos, em face do descuido com que a Assembléia Constituinte encarou a função pública dos profissionais da medicina.

Acolheram as disposições Transitórias da Constituição de São Paulo um dispositivo que concedeu aos advogados do Estado uma posição digna; não uma situação de exceção ou de generosidade, acima do que lhes fosse possível conceder; a posição que os advogados adquiriram, com aquele artigo 25 das Disposições Transitórias, não foi uma coisa de causar estranheza. E, apenas, uma situação digna e nada mais.

O erro, a injustiça, está no fato de que nem foi assunto de cogitação saber-se como deveria ficar a situação dos outros profissionais liberais, entre eles os médicos. Isto significa menosprezo ao serviço que o médico presta à sociedade; se não é nem motivo de cogitação aquilatar-se da valor dos serviços médicos prestados como parcela da administração, é porque esses mesmos serviços não merecem consideração; e, não merecendo a função qualquer consideração, redunda em desrespeito moral para quem a exerce.

Então, diante do fato concreto, a classe médica, num relance, verificou que não é apenas a crise econômica que a assolava, mas muito maior que esta, é uma verdadeira e calamitosa crise moral.

A Constituinte é a própria expressão do povo, uma vez que nela estão representadas todas as classes sociais, todas as profissões, todas as tendências ideológicas, desde a grã-fingagem ociosa até o proletário esbaldado. É o próprio povo que ali se reuniu para legislar; no entanto, ninguém se lembrou de lançar um olhar sequer para o trabalho insano e contínuo de uma profissão secularmente devotada ao sacrifício e à causa da humanidade, e nem mesmo os representantes desta nobre profissão, que se sentavam na cuspide das poltronas, como legisladores, se lembraram da sua atuação na vida civil.

E' com tédio e amargura que registramos esta passagem, aliás significativa.

APELO PARA MAIOR UNIÃO DA CLASSE

Mas o fato impressionou a classe, um abalo de surpresa e contrariedade, de tristeza e de revolta sucediu, até o mais longinquo município, a alma do médico que, abnegado e modesto, cumpre o seu dever. Eles levantam-se e unem-se; a Sociedade de Medicina e Cir-

gia, pela sua diretoria, colocou-se juntamente com outras associações, a serviço da classe e vem emprestando ao movimento o prestígio da sua ação e a força de sua atividade.

Constituiu-se uma comissão; esta incumbiu-se de levar ao conhecimento do poder executivo as razões e os fundamentos das reivindicações; isto foi feito, está sendo feito e será feito até a completa satisfação dos nossos objetivos. Se os médicos transigirem no terreno econômico, se se acomodam nas questões de interesse do público, jamais concordarão com qualquer restrição no aspecto moral do exercício de sua atividade profissional.

Temos procurado atuar calma e serenamente; vamos esperando soluções razoáveis, para os nossos reivindicações; mas nós, da comissão, já vamos sentindo certo grau de impaciência perfeitamente justificável, uma vez que as coisas se vão delongando mais do que era lícito esperar.

Sem ameaçar, nem exigir, esperamos, agora com data marcada, que sejamos atendidos.

Este fato fez os médicos de São Paulo alharar para o descalabro de desunião de sua própria classe. Desunida e desorganizada, ela é e será presa fácil nas mãos dos barões da economia e dos poderes públicos.

Aproveito a oportunidade para lançar um apelo no sentido da organização da classe, de modo que possa ela enobrecer os seus desígnios e colaborar para a solução dos problemas sociais a ela atinentes.

ALÍPIO CORRÊA, NETO.

Balancete do n.º 4 de "Folha Socialista"

RECEITA:	
Saldo do número anterior	Cr\$ 1.075,00
Venda avulsa em Mogi das Cruzes	50,00
Venda avulsa em Pereira Barreto	40,00
Contribuição	1.000,00
TOTAL	2.165,00
DESPESA:	
Tipografia	1.500,00
Despesas de remessa postal	141,20
TOTAL	1.641,20
Saldo	523,80

PREÇO DESTE EXEMPLAR

Cr.\$ 1,00

Pague o preço do seu exemplar de FOLHA SOCIALISTA, afim de permitir a saída regular do Jornal do Partido.

Da crise na Checoslováquia ao discurso de Truman

A crise checo-eslovaca, que culminou com o domínio do país pelos comunistas, está produzindo os seus frutos. A reação, passados os primeiros momentos de perplexidade, não se fez esperar. Os acontecimentos checos não modificaram, em absoluto, a marcha dos acontecimentos. Apenas apressaram a evolução do processo.

O golpe na Checoslováquia foi outra prova, e das mais decisivas, que os dirigentes da Rússia consideraram inevitável uma terceira guerra mundial e orientam a sua política exclusivamente nesse sentido. Foi, ao mesmo tempo, o golpe de misericórdia nas ilusões, propagadas logo depois de terminada a guerra, em relação à mudança da tática dos comunistas, que permitiria a colaboração dos partidos interessados na evolução do mundo para o socialismo democrático. Toda a frascologia democrática, usada pelos comunistas, não passou de uma tática que visava a preparação do terreno para a instauração de um governo totalitário e mono-partidário. Embora o processo ainda não tenha chegado ao fim, não resta mais dúvida que a última etapa, a fusão dos partidos socialistas e comunistas é apenas questão de tempo e de muito pouco tempo.

Os acontecimentos checos facilitaram a tarefa de Truman. A opinião pública americana "amadurece"; de chofre criaram-se as condições psicológicas necessárias para o discurso agressivo de Truman. Os dirigentes militares também não deixaram passar a ocasião. Inovaram o episódio de Pearl Harbour para exigir gigantescos programas de rearmamento. O plano Marshall também foi um dos beneficiados. O senado apressou-se a aprová-lo e é provável que a câmara aja de maneira idêntica. O plano Marshall é indiscutivelmente a arma mais poderosa de que os Estados Unidos lançam mão nesta fase de guerra fria contra a Rússia. O plano Marshall visa objetivos múltiplos. Pretendem os Estados Unidos, por intermédio dos créditos a serem fornecidos, prevenir uma provável crise econômica, em futuro próximo, como resultado da falta de mercados para a sua gigantesca produção industrial. A possível melhoria da situação econômica dos países europeus beneficiados, acarretaria também a estabilização da situação política e afastaria as ameaças de agitações e de crescimento contínuo da influência comunista. O auxílio econômico seria parcialmente convertido em auxílio militar, como está acontecendo desde já, na Grécia, Turquia e China. O medo do expansionismo russo tornaria possível a realização de alianças militares e a obtenção de bases militares que favoreceriam os Estados Unidos na eventualidade de uma guerra.

A Rússia não ignora estes fatos. E a prova está na luta encarnada levada a efeito por todos os partidos comunistas contra o plano Marshall.

A batalha eleitoral, prestes a ser travada na Itália é, antes de mais nada, um simples episódio da luta em torno do plano Marshall. Os comunistas e seus aliados afirmam que a vitória de De Gasperi será a escravização do povo italiano pelo imperialismo americano, através do plano Marshall. Os democratas cristãos respondem que a sua derrota eleitoral significará o desmoronamento da economia italiana, pela falta de auxílio americano, através do plano Marshall. A importância da batalha eleitoral italiana obriga os verdadeiros contendores a intervir diretamente, realizando, como já alguém disse, um verdadeiro leilão. A Rússia promete abrir mão do quinhão que lhe cabe na divisão da esquadra italiana e propõe a devaluação das colônias italianas. Os Estados Unidos respondem com a proposta da volta de Trieste ao domínio italiano.

Que fazem os partidos socialistas, em face do agravamento da situação internacional e da iminência de uma nova guerra mundial? Ainda não é possível responder de maneira cabal a estas perguntas. A reação dos partidos socialistas tem sido até agora lenta, imprecisa e indecisa. Sente-se, claramente, a falta de uma orientação firme e coordenada. A tendência, até agora predominante, de desempenhar o papel de conciliadores entre os dois campos, em luta aberta, vem retardando, em demasia, uma atitude independente, capaz de influir sobre os acontecimentos que se precipitam. O plano Marshall é indispensável para o rearrumamento econômico da Europa. A sua aceitação deve, porém, ser condicionada à absoluta independência política e os recursos fornecidos devem ser utilizados para ampliar e solidificar as conquistas socialistas no terreno econômico. Os governos europeus existentes em condições de fazer esta exigência e conseguí-la. Os governos europeus deviam deixar bem clara a sua intenção de não participar de aventuras militares e opor igual resistência à Rússia e aos Estados Unidos no sentido de rejeitar alianças militares e participar da corrida armamentista.

O problema mais importante é, sem dúvida, o da unificação da Europa em bases socialistas. A consciência desta necessidade está ganhando terreno. Silona, há meses vem insistindo sobre a necessidade de uma solução urgente. O Partido Trabalhista Independente da Inglaterra, que acaba de se retirar da arena política, como força eleitoral, promete dedicar-se com todas as suas forças à tarefa de uma Europa unificada em bases socialistas. Os primeiros passos concretos foram dados na conferência das 16 nações em Paris e na mais recente em Bruxelas, onde foi consertada a aliança entre Inglaterra, França e os países do Benelux. Mas ainda estamos longe do objetivo final — Estados Unidos Socialistas da Europa, mesmo da Europa ocidental. E este objetivo deve ser forçosamente atingido, em futuro próximo, sob pena de caminharmos inexoravelmente para a guerra e a destruição. Aos partidos socialistas da Europa cabe cumprir esta missão ou desapaecer.